

Boletim de

Transparência Fiscal

1º bimestre | 2015





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Roberto Gomides de Barros Filho

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Érico Palma Soares de Araujo

Fabio Souza Pontes

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	13
I.I The Domestic and International Context.....	13
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	15
I.III Labor Market	17
I.IV Inflation	18
I.V External Sector.....	19
I. Panorama Econômico.....	20
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.	20
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro	24
I.III Mercado de Trabalho.....	27
I.IV Inflação	28
I.V Setor Externo	28
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	39
III.I Resultado Orçamentário	39
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	40
III.III Resultado Primário	42
IV. Receita Estadual	44
IV.I Receitas Correntes.....	45
IV.I.1 Receita Tributária	46
Box 01 – Desempenho da Arrecadação do ITD e a valorização dos preços dos imóveis no ERJ.....	50

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	53
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	56
IV.I.3.1 Receita de Transferências	59
IV.I.3.2 Transferências da União.....	60
IV.I.3.3 Demais Transferências.....	62
IV.II Receitas de Capital	64
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	66
V.I Despesa Total	66
V.II Créditos Adicionais.....	67
V.III Despesas por Fonte de Recursos	68
V.IV Despesas por Grupo	69
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	75
BOX 02- EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE AFETAM O RESULTADO	87
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	91
VI.1 Cota Financeira.....	91
VI.2 Pagamento de PD's	92
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	92
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	93
VI.4.1 Características de Consumo.....	95
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	96
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	97
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	107



VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs..... 109

Apresentação

Este é o quadragésimo terceiro número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 17/03/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 1º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 12.712,51 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 0,2%.

As receitas correntes apresentaram variação acima do esperado em 5,0% quando comparadas a meta estipulada para o bimestre (+ R\$ 595,83 milhões). As receitas tributárias (+ 1,9%) constituíram-se em uma das principais fontes para esse desempenho bimestral em relação à meta estipulada. O principal tributo, o ICMS, apresentou redução de R\$ 474,11 milhões (- 8,4%) em relação ao mesmo período de 2014.

Com relação às receitas de capital, o desempenho foi abaixo do auferido no 1º bimestre de 2014 (- 79,6%) e também ficou abaixo da meta esperada para o período em 2015 (- 68,9%). A receita de operações de crédito foi a principal influenciadora para o descumprimento da meta no bimestre ficando abaixo da meta bimestral em 78,5%.

Quanto ao balanço orçamentário, o 1º bimestre de 2015 fechou com déficit de R\$ 1.216,60 milhões, que ocasionou uma variação negativa de 187,8% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado decorreu de um déficit de capital de R\$ 1.057,80 milhões, com as despesas de capital totalizando R\$ 1.317,54 milhões, enquanto as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 259,74 milhões. No mesmo sentido, porém em menor intensidade, o déficit corrente atingiu R\$ 69,33 milhões, com as despesas correntes totalizando R\$ 8.007,21 milhões e as receitas correntes R\$ 7.937,88 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário passa a atingir o valor de - R\$ 487,10 milhões, afetando negativamente as contas do Estado, considerando que excluindo esse órgão da análise, o resultado do Estado tem uma melhora significativa do déficit.

As contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 314,43 milhões no 1º bimestre, por conta da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras no período.

No bimestre corrente, a execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 3,8%, alcançando R\$ 1.375,88 milhões. Desmembrando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu somente na receita de participações especiais, que caíram 12,9% (- R\$ 143,25 milhões), dado o aumento dos gastos dedutíveis das receitas a serem distribuídas aos entes, realizando R\$ 963,48 milhões. As receitas de Royalties variaram positivamente no 1º bimestre de 2015, totalizando R\$ 411,77 milhões no bimestre (+ 27,6%), o que se deve, segundo dados da ANP, basicamente, ao aumento da produção no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 82,8 bilhões, um crescimento de R\$ 5,71 bilhões (+7,4%) frente ao aprovado para o exercício 2014.

No 1º bimestre de 2015, a dotação autorizada chegou a R\$ 83,53 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 732,2 milhões (+0,88%) sobre o inicial (LOA), contudo, R\$ 9,27 bilhões permaneceram contingenciados (11,1% da dotação final). Esta expansão orçamentária foi motivada pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 712 milhões suplementaram as fontes de recursos do

Tesouro Estadual e R\$ 21 milhões as Demais Fontes de recursos. Na fonte Tesouro o maior incremento ocorreu quase que totalmente por meio de Operações de Crédito (FR 11, R\$ 710 milhões).

Em relação à execução no 1º bimestre de 2015, foram liquidados R\$ 8,46 bilhões no Poder Executivo e R\$ 862 milhão nos Outros Poderes, totalizando R\$ 9,3 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 12,3% menor que o apurado no mesmo período de 2014. Deste montante, R\$ 6,09 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 3,23 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, respectivamente, -20,9% e +10,3% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 8,01 bilhões) apontaram decréscimo quando comparadas aos valores de 2014: -17,1% (-R\$ 1,65 bilhão). A variação negativa é justificada pela queda de 69,4% nas Transferências Obrigatórias. A Indenização com a União oriunda dos Royalties apresentou retração de 16,3%, enquanto os repasses aos Municípios, que passaram a ser contabilizados por conta redutora, reduziram em 1,5%.

As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 4,36 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 32,5% (-R\$ 2,1 bilhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 702 milhões, elevação de 45,3% (R\$ 219 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A Implantação de Novas Linhas Metroviárias representou 95,51% de todos os investimentos e inversões financeiras do Estado, executando R\$ 671,55 milhões (+64,5%).

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou evolução em relação ao verificado em 2014 (+6,6%). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar uma diminuição de 6,2% de sua receita base (-R\$ 360 milhão) e uma maior liquidação (20,4%, +R\$ 293 milhões).

No índice da Saúde, foi constatada redução na receita base de 6,5% (-R\$ 394 milhão) e na execução (-4,5%; -R\$144 milhões) quando comparado ao ano de 2014.

A FAPERJ apresentou redução em sua receita base (-6,5%, -R\$ 235 milhões) e na despesa de (42,1%, -R\$ 15,7 milhões). No FECAM, diminuição tanto na receita base (-2,4%, -R\$ 33 milhões) como na despesa liquidada (-62,4%, +R\$ 2,9 milhões). Por fim, o FEHIS também apresentou decréscimo de receitas: -2,6% (-R\$ 13 milhões) na receita base, porém com crescimento na despesa liquidada de +75,9% (+R\$ 10,7 milhões).

EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed the 1st bimester 2015 with total revenues of R\$ 12,712.51 million, exceeding the target for the bimester by 0.2%.

Current revenues showed variation above the expected at 5.0% compared to the target set for the bimester (+ R\$ 595.83 million). Tax revenues (+ 1.9%) were found to be a major source for this bimonthly performance against the set target. The main tax, ICMS tax, decreased by R\$ 474.11 million (- 8.4%) compared to the same period of 2014.

Regarding to capital revenue, the performance was higher than earned in the 1st bimester of 2014 (- 79.6%) and was also below the expected target for the period in 2015 (- 68.9%). Revenues from credit operations were the main contributor for noncompliance of the bimester goal getting undercoming the target in 78.5%.

In the 1st bimester of 2015, the balanced budget closed with R \$ 1,216.60 million deficit, which led to a negative growth of 187.8% over the same period in 2014. This result was due to a capital deficit of R\$ 1,057.80 million, with capital expenditures totaling R\$ 1,317.54 million, while capital revenues amounted to R\$ 259.74 million. Similarly, but with less intensity, the current deficit reached R\$ 69.33 million, with current expenditure amounting to R \$ 8,007.21 million and current income R\$ 7,937.88 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the bimester budget result reaches the negative value of R\$ 487.10 million, negatively affecting the government accounts, considering that excluding RIOPREVIDÊNCIA of the analysis, the result of state has a significant improvement.

The Rio de Janeiro public accounts showed a primary deficit of R\$ 314.43 million in the 1st bimester, due to the prevalence of primary expenditure or non-interest expense, compared to primary or non-financial revenues in the period.

In the current bimester, the execution of oil revenues decreased by 3.8% to R\$ 1,375.88 million. Breaking apart the oil revenues, it is observed that the negative change occurred only in special participations revenues, which fell 12.9% (- R \$ 143.25 million), given the increase in deductible expenses of revenues to be distributed to the States of Brazil, performing R\$ 963.48 million. Revenues from Royalties changed positively in the 1st bimester of 2015, totaling R\$ 411.77 million (+ 27.6%), which is, according to the ANP, due primarily to increase of the production in the period.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 82.8 billion, a marked increase (+7.4%), the growth was R\$ 5.71 billion, compared to approved for the year 2014.

In the 1st quarter 2015, the authorized expenditure reached R\$ 83.53 billion, showing a increase (+0.88%) over the originally planned: R\$ 732.2 million was incorporated in the budget, however, R\$ 9.27 billion remained contingent (11.1% of the final allocation). This budgetary expansion was driven by the opening of additional credits, of which R\$ 712 million supplemented the sources of the State Treasury funds and R\$

21 million the Other Sources of funding. In Treasury source the largest increase in FR 11 (Loans) reaching R\$ 710 million.

By the 1th quarter, was awarded R\$ 8.46 billion in the executive branch and R\$ 862 million in Other Powers totaling R\$ 9.3 billion, excluding intrabudgetary expenses and independent public companies (CEDAE and Official Press). This amount is 12.3% lower than calculated in the same period of year 2014. Of this amount, R\$ 6.09 billion was supported by the State Treasury resources and R\$ 3.23 billion from Other Sources of Funds, respectively, -20.9 % and +10.3%.

The current expenditure executed (R\$ 8.01 billion) showed a decrease when compared to the values of the same period of 2014: -17.1% (-R\$ 1.65 billion). The negative variation is explained by the decrease of 69.4 % in Mandatory Transfers. The Indemnification with the Union coming from Royalties decreased by 16.3 %, while transfers to municipalities decreased by 1.5%. These began in the year 2015 to be accounted for in reduction of the revenue no longer being cleared in state spending.

The expenditure group Other Current Expenditures showed liquidated expenses of R\$ 4.36 billion, a decrease rate of 32.5% (R\$ 2.1 billion) compared to 2013.

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 702 million, an increase of R\$ 219 million (+45.3%) in the same period of 2014. The implementation of New subway lines represented 95.51% of all investments and State financial investments, running R \$ 671.55 million (+ 64.5%).

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+6.6%). However, in a detailed analysis, it can be observed a decrease of 6.2% in revenue base (-R\$ 360 million) and further liquidation (+20.4%, + R\$ 293 million).

In Public Health, the Constitutional index indicated a decrease on the base income as well in the expenditure side: -6.5% (+R\$ 394 million) and -4.5% (+R\$ 144 million), respectively.

The FAPERJ index presented a decline at revenue (-6.5%, -R\$ 235 million) and in the expenditure aspect (-42.1%, -R\$ 394 million). The FECAM also presented a decrease in revenue base (-2.4%, +R\$ 33 million) as in the public spending (-62.4%, -R\$ 2.9 million). At least, the FEHIS index also showed a decrease of revenues: -2.6% (-R\$ 13 million) in revenue base, but an increase in expenses paid by +75.9 % (+R\$ 10.7 million).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The legacies from the financial crisis and the euro zone crisis are still visible in many countries, shaping the world economy. In different degrees, weak banks and high public and private debt levels still weigh on spending and economic activity. Low growth, on the other hand, makes the deleveraging of the economy a slow process. It is observed that the dynamism of the advanced economies was already in decline before the crisis due to aging population, coupled with a slowdown in overall productivity: the crisis only make it worse, with the large decline in investment.

In particular, world trade, an important factor for the global economic recovery, has shown disappointing growth. The sharp fall in international oil prices and other commodities also reduced the dynamism of international trade. Energy, metals and minerals and agricultural raw materials experienced similar falls at the beginning of 2011, more than 35% each, and the outlook is for contraction this year. The prices of precious metals should also decrease in 2015, based on already depressed prices, due to the decline registered in 2014. The situation is likely to improve slightly in 2015, but less than projected by the WTO earlier: projection for the increase of world trade this year was revised from 5% to 3.3%.

Thus, global economic growth remains moderate, although with unequal prospects among major countries and regions. It is projected (IMF) global growth of 3.5% in 2015. Compared to last year, the one hand there is the improving outlook for advanced economies; on the other hand there is growth in emerging markets and developing below the estimated in the previous year, mainly reflecting the weaker prospects for some large emerging economies and oil-exporting countries.

Stands out the recovery of the US economy, whose expected growth (IMF) for 2015 is 3.1%. Among the conditions that justify the robust performance for 2015 are: significantly lower energy prices, low inflation and real estate market in recovery. These forces must compensate for the reduction in net exports due to the strengthening of the dollar. However, the scenario over a longer horizon is less optimistic, with potential to grow estimated only about 2%, due to an aging population and weaker growth in total factor productivity. The Federal Open Market Committee (FOMC) estimates that currently the labor market conditions kept the positive trajectory, with strong employment gains and a lower unemployment rate than earlier in the year. A number of labor market indicators suggests that the underutilization of labor resources continues to decline. Inflation has declined and is below the long-term goal of the Committee, reflecting declines in energy prices.

In the Eurozone, economic activity continues its recovery. The low oil prices, low interest rates and the depreciation of the euro should boost activity in 2015-16. Private consumption gained momentum during 2014, benefiting from the real income growth due to stronger salaries and other revenues and falling energy prices. For 2015, it is noted that the growth in equity of households (which reflects the increases in the prices of financial assets and improvements in real estate), low financing costs and lower restriction of financing conditions should also boost consumption. At the same time, the potential growth remains weak: result of the crisis, but also of previous factors such as demographic composition and decrease in total factor productivity. Therefore, the outlook is for moderate growth and subdued inflation. Specifically to GDP, it is expected growth of 1.5% in 2015, highlighting Germany (+1.6%), France (+1.2%), Italy (+0.5%) and Spain (+2.5%).

¹ This analysis uses data available to April 29, 2015.

In emerging markets, however, growth is expected to decline in 2015 – for fifth consecutive year. A number of factors explain this: sharp downward revision of growth for oil exporters; slowdown in China; and continuing weakness in the outlook for Latin America as a result of a slowdown of other commodities. Stands out China, where growth is expected to reduce to 6.8% this year and 6.3% in 2016. These projections (IMF) have been revised downwards due to the contraction in credit and investments. As a consequence, the People's Bank of China (PBoC) announced (April/2015) a cut of one percentage point in the reserve requirements of commercial financial institutions in an attempt to stimulate lending as the economy slowdown. This is the second cut in the year.

In Brazil, the Central Bank economic activity index (IBC-Br) changed by +0.36% in February 2015 compared to the previous month (adjusted), a result above market expectations. However, compared to the same month in 2014, both in January (-1.8%) and in February (-3.2%) decreased, totaling a decline of 2.5% in the 1st quarter. In 12 months, down 1.0%. For the General Industry, in February 2015 there was a sharp drop in production (-9.1%) over the same month in 2014, driven by the Manufacturing Industry (-11.5%) and powered by the calendar (carnival) and the good industrial result in February 2014. In two months, the General Industry drop 7.1%. In 12 months, a decrease of 4.5%.

In the year, the highlights (negative) for the industry were 'Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies' (-24.8%) and 'Manufacture of computer equipment and electronic and optical products' (-29.4%). In 12 months, the changes in these activities were, respectively, -20.2% and -11.8%. For 2015, and monitoring the worsening of various economic indicators, expectations for industry and GDP again declined: -2.5% and -1.1%, respectively. The projections from the International Monetary Fund (IMF) are towards same direction: factors such as the fall of Petrobras investments, rising unemployment, falling commodity prices and the need for (praised) fiscal adjustment reduced the outlook for GDP in 2015, which went from 0.3% in January to -1.0% in April.

As in industry, retail trade showed a strong decrease (-3.1%) in February 2015 over the same month last year, the worst monthly result since August 2003 (-5.7%). In the 1st two months, down 1.2% (+7.5% in the 1st two months of 2014). Compared to January 2015, the month of February fell by 0.1%. If considered the extended retail trade, the results, following the trend also seen in 2014 are even worse: decrease of 7.5% in the 1st two months, with the direct influence of 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-19.8%).

The highlights in the two months were: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+14.5%) and 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-19.8%). Factors such as the gradual withdrawal of tax expenditures on industrialized products (IPI), the reduced supply of credit, the persistent upward trend in prices despite the systematic increase in the Selic rate and the fall in real income of workers (purchasing power) contributed directly to the slowdown in retail sales (expanded retail sales) with seven segments (of ten) with negative changes in the year (before a single contraction in the same period 2014).

Considering the external sector, the Balance of Trade recorded deficit in February 2015 (US \$ -2.84 billion), less than in the same month of 2014 (US \$ -2.13 billion). As in January, both exports and imports fell in February compared to the same month of 2014 (-24% and -17%, respectively). In the 1st two months, the balance was US \$ -6.01 billion

(US \$ -6.20 billion in 2014). Factors such as the fall in international commodity prices continue harming exports, particularly in 'Iron ores and concentrates' (-47.3%). In imports, stood out 'Petroleum' (-59.9%) and 'Passenger cars'

(-28.0%).

The IPCA inflation, in turn, remained strong, up 1.22% in February 2015, the worst result for the month since 2003 (+1.57%). The highlight was 'Transport' (+2.20%), with significant increases in gasoline (+8.42%) and diesel oil

(+5.32%) due to the readjustment in the PIS/COFINS. In two months, the variation (+2.48%) was the highest since 2003 (+3.86%). Given the result of January (+1.24%), growth in 12 months was 7.7%, the highest since May 2005 (+8.05%). This performance earlier in the year resulted in market expectations towards higher prices in 2015 (+8.25%) and above the observed in 2014 (+6.41%), with direct influence of the exchange rate depreciation and expected rise in administered prices in 2015 (+13.10%) .

The labor market began to reflect the current economic situation. Data from the Monthly Employment Survey (PME/IBGE) show, in February 2015, the highest unemployment rate (+5.9%) since June 2013 (+6.0%), and the highest for the month of February since 2011 (+6.4%). The reduction of the employed population, coupled with the growing demand for work by people who were not previously, contributed to the result. Considering the number of registered workers, according to the CAGED/MTE, dismissals in February exceeded admission over 2,415 jobs, the worst result for the month since 1999 (78,030 net dismissals). In two months, 80,732 jobs were shut down, the worst result for the period since 1999, and a sign of concern when compared to the same period in 2014, when 302,190 new jobs were created.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 215.3 billion in January-February 2015. This result represented the nominal increase of 4.09% and real decrease of 3.07% (IPCA), compared to 2013. In January 2015, the monthly federal revenues totaled R \$ 125.3 billion. In February there was nominal growth of 8.23% and real growth of 0.49%, compared to the same month of 2014, reaching R \$ 89.98 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, include: extraordinary collection in February/15, amounting to R \$ 4.64 billion, due to the transfer of assets between companies; drop in the collection of taxes calculated based on the monthly estimate (income tax/social contribution), mainly in January/15; tax exemptions; performance of the main macroeconomic indicators that influence the collection of taxes. The main declines seen in 2015 over the previous year were recorded in the following taxes: CIDE-Fuels (-38.7%); Income Tax-Financial Entities (-15.6%); and IPI-Beverages

(-15.3%). On the positive side are the following increases: IPI-Smoking (+17.6%); IRRF-Incomes from Overseas Residents (+15.9%); IOF (+ 14.3%); and IRRF-Capital Income (+11.8%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the industry in Rio de Janeiro in February fell by 7.1% over the previous month (seasonally adjusted); this movement is repeated when compared to the same period last year, down 11.8%. Brazil presented the same downward trend in both comparisons, having retreated 0.98% compared to January and 9.1% compared to February 2014. This situation reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the Brazilian economy. In the year, the Rio de Janeiro industry records negative result of 7.0%, a scenario that is also observed in Brazil, which fell by 7.1%. In 12 months (February), the Rio de Janeiro industrial sector was down 3.8%, while in the country, the decline was 4.5%.

In terms of the main aggregates, in February, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry in Rio de Janeiro grew 7.6% and a decreased 18.7%, respectively, over the same period last year. Nationally, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry also showed the same movement, growth of 12.0% and a decrease of 11.5%, respectively, over the same period of 2014.

Among the thirteen activities in which the manufacturing industry is broken down in the ERJ eleven show deceleration in industrial production in February (over the previous year). The main negative impacts were 'Vehicles, trailers and bodies' (-48.1%) and 'Coke, oil products and biofuels' (-14.9%), influenced mainly by the reduced production of trucks, cars and chassis engines for buses or trucks; and gasoline, fuel oil and liquefied petroleum gas (LPG), respectively. It is also worth mentioning that the decrease in the production of oil derivatives that month was especially influenced by the paralysis for maintenance in an important production unit. Other important negative contributions came from 'Printing and reproduction of recorded media' (-79.6%), 'Metallurgy' (-9.6%), 'Metal products' (-31.3%), 'Food production' (-17.4%) and 'Rubber and plastic products' (-21.8%), explained largely by the decrease in the production of security printing and custom newspaper, in the first segment; carbon steel rebar, carbon steel thick coils, coils or sheets of galvanized steel, carbon steel cold rolled coil and carbon steel bars, in the second; anchors, iron and steel grapnels and parts, iron and steel structures plates (or other forms), aluminum frames, tubular scaffolding for frames and for shoring and locks for various uses, in the third; ice cream, popsicles, cookies and crackers, wheat flour and preparations and preserved fish, in the fourth segment; and tires, at last.

In January-February 2015, compared to the same period 2014, the industrial production of Rio de Janeiro faced decrease of 7.0%, with all activities surveyed on a downward trend in production. The main negative impacts came from 'Motor vehicles sectors, trailers and bodies' (-42.5%) and 'Coke, petroleum and biofuels' (-10.7%), influenced mainly by lower production of trucks and cars; and fuel oils and gasoline, respectively. It is also worth mentioning the decreases observed in Metal products (-21.7%), Other chemical products (-10.7%), Metallurgy (-5.3%), Food Production (-10.6%), Beverages (-8.6%), Rubber and plastic products (-12.1%) and Non-metallic minerals (-17.4%), mainly explained by the decreased production of anchors, grapnels and parts made of iron and steel, iron and steel structures plates (or other forms), tubular scaffolding for frames and for shoring, locks for various uses and aluminum frames, in the first segment; paints and varnishes for printing, herbicides, anti-sprouting products and plant-growth regulators, insecticides for use in agriculture and polypropylene (PP) in the second; carbon steel cold rolled coil and carbon steel bars, carbon steel thick coils, coils or sheets of galvanized steel, carbon steel rebar and carbon steel wire rod, in the third; ice cream, popsicles, cookies and crackers, wheat flour and preparations or preserved fish, in the fourth; beers and draft beers, in the fifth; tires and bottles, carboys, flasks and similar articles of plastic, in the sixth; and float, chopped and polished glass and concrete mass prepared for construction, at last.

Commerce. Retail sales (restricted) in Rio de Janeiro grew 1.8% in the first two months of the year. Analyzed by activity, three of them showed positive growth: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+50.5%), 'Other articles of personal and domestic use' (+15.1%) and 'Pharmaceutical, medical articles, orthopedic and perfumery articles' (+5.4%). Note that these activities had higher growth in the state compared with Brazil (+14.5%, +3.8% and +4.1% respectively). In the other, sales decreased, highlighting 'Books, newspapers, magazines and stationery articles' (-7.1%), 'Textiles, apparel and footwear' (-5.7%) and 'Fuels and lubricants' (-5.3%); compared to the country, only two segments in the state underperformed the national average: 'Fuels and lubricants' (-5.2%) and 'Textiles, apparel and footwear'

(-3.8%).

Retail sales expanded, in turn, decreased by 2.3% in Rio de Janeiro and 7.5% in the country, showing that the auto and construction sectors had signs of exhaustion. This difference between the regional and the national is explained by the decrease in sales of 'Building material' (-0.5% in the state and -7.8% in the country), reflecting expectations on the macroeconomic framework, linked to fewer residential and commercial real estate projects. Factors such as the gradual removal of tax exemptions on industrialized products (IPI), the credit slowdown, the persistent upward trend in prices despite the systematic increase of the Selic rate, and the fall in real income (purchasing power) of workers contribute directly to generalized fall in the retail sales.

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

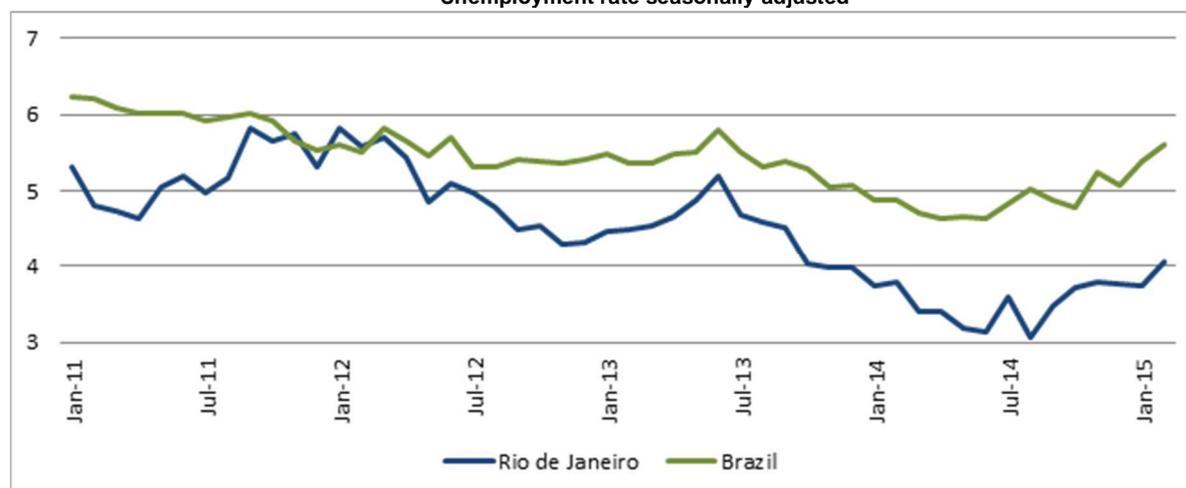
Activity	January-February		February	
	Rio de Janeiro	Brazil	Rio de Janeiro	Brazil
Fuels and lubricants	-5.3	-5.2	-10.5	-10.4
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	0.0	-0.8	-0.2	-1.8
Textiles, clothing and footwear	-5.7	-3.8	-10.1	-7.3
Furniture and appliances	-3.9	-6.5	-6.9	-10.4
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	5.4	4.1	7.0	3.2
Books, newspapers, magazines and stationery	-7.1	-7.9	-10.4	-5.3
Equipment and office supplies, computer and communication	50.5	14.5	53.1	8.4
Other articles of personal and domestic use	15.1	3.8	15.5	3.0
Retail Trade	1.8	-1.2	0.8	-3.1
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-12.2	-19.8	-25.8	-23.7
Building material	-0.5	-7.8	-6.0	-13.0
Expanded Retail Trade	-2.3	-7.5	-7.1	-10.3

Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 0.20% in the first two months of 2015, YoY. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 0.36% in 2015. It can be observed that this result is given by the combination of the occupation of positions: the number of registered workers increased by 0.68% in the period; while the informal sector (35% of the total in February) decreased, with self-employment decreasing 1.2% and unregistered workers decreasing 2.8%. Still outnumber growth of 'Military or civil servants' (+1.1%). Combining the movements, considering that both the labor force and the occupancy rate decreased at the beginning of the year, the unemployment rate increased in the period (in Rio de Janeiro, the rate was 4.20 in February 2015).

Graph 1
Unemployment rate seasonally adjusted



Source: PME/IBGE

Analyzing the economic sectors in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the sector 'Quarrying, manufacturing, and production and distribution of electricity, gas and water' (+4.3%), corresponding to 12% of occupancy in February, 'Trade, repair of motor vehicles, and personal and household goods' (+1.7%), corresponding to 18%, and 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+1.2%), corresponding to 20%. On the other hand, the sectors that presented retraction in the occupation were: 'Construction'

(-8.5%), corresponding to 7%, 'Household services' (-6.0%), corresponding to 6%, and 'Financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises' (-1.4%), corresponding to 15%.

Regarding registered workers, the CAGED data show that in 2015 there were net admissions in the state of Rio de Janeiro totaling 51,577 jobs, less than in the previous year (4,161 net admissions in 2014). This result is due to the volume of net disconnections in the Trade (-24,842 in 2015, compared -18,610 in 2014), Construction (-11,877 in 2015, compared +7,264 in 2014) and Services (-11,877 in 2015, compared +13,339 in 2014). It is noted, however, that in all sectors there were net disconnections.

At prices of February 2015, the real average income of workers in RMRJ, in the two months 2015, drop 0.43% compared to the previous year, reversing the trend observed last year. This result is a consequence of rising inflation in the period.

I.IV Inflation

In 2015, the National Index of Consumer Prices Broad (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by 1.71% and 1.19% in January and February, respectively. Regarding Brazil, the indexes in the same period were 1.24% and 1.22%, respectively. It should be noted that the Rio de Janeiro reached 2.92% in the year, higher than the variation observed in 2014, 1.57%. As for Brazil, accumulated in the year it was 2.48%, a rate higher than in the same period last year 1.24%. The inflation target for 2015 remains 4.50%, despite the expectation in the country to be 8.25% and the IPCA accumulated in 12 months (until Feb/2015) to be 9.01%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate for the third time earlier this year (April), currently at 13.25%.

Table 2

Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index: 1 th period of two months	RJ		2015	
	January	February	RJ	BR
General Index	1.71	1.19	2.92	2.48
Foods and Beverages	1.58	1.00	2.60	2.30
Housing	2.22	1.02	3.26	3.67
Household Articles	-0.41	0.30	-0.11	0.59
Clothing	-1.06	-0.56	-1.61	-1.29
Transport	4.04	0.84	4.91	4.07
Health and Personal Care	0.28	0.84	1.12	0.92
Personal Expenses	2.41	1.96	4.42	2.55
Education	0.37	6.89	7.29	6.21
Communication	-0.04	-0.16	-0.20	0.13

Source: IPCA/IBGE.

The groups with the highest increases in the year were Education (7.29%), Transport (4.91%) and Personal Expenses (4.42%). Education reflects increases at the beginning of the school year, especially in fares of regular courses values. Regarding Transport, this was influenced by the price increase in gasoline and diesel oil, impacted by the increase in the PIS/COFINS. Regarding Personal Expenses, stood out cigarette, tour, hair and nail. Among the groups with the smallest variations in the period, Clothing, Household Articles and Communications showed deflation.

I.V External Sector

The exports through the RJ reached US \$ 2.4 billion in the 1st two months of 2015, down 10.2% compared to the same period of 2014. This result is due to the reduction of operations with Industrialized Products (-16%) representing 35% of total sales in the period. Also stand out operations with Basic Products, which retreated 3%, however, these operations represent 60% of the total. On the import side, goods receipt also reduced considerably (-22.5%) to US \$ 2.9 billion. Reductions were observed in operations with Industrialized Products (-0.85%), representing 88% of total sales in the period, and Basic Products (-71.1%), representing 12% of the total. The balance for the period was a deficit of US \$ 455 million.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico².

Os legados da crise financeira e da crise da zona do euro ainda são visíveis em muitos países, moldando a economia mundial. Em graus variados, bancos fracos e elevados níveis de dívida pública e privada ainda pesam sobre os gastos e a atividade econômica. O baixo crescimento, por sua vez, faz com que a desalavancagem da economia seja um processo lento. Observa-se que o dinamismo das economias avançadas já estava em declínio antes da crise devido ao envelhecimento da população, juntamente com um abrandamento da produtividade total: a crise só fez piorar, com a grande diminuição do investimento.

Em especial, o comércio mundial, um dos fatores importantes na recuperação econômica mundial, tem apresentado crescimento decepcionante. A acentuada queda dos preços internacionais do petróleo e de outros produtos básicos também reduziu o dinamismo do comércio internacional. Energia, metais e minerais e matérias-primas agrícolas experimentaram quedas parecidas às do início de 2011, de mais de 35% cada, e a perspectiva é de contração neste ano. Os preços dos metais preciosos também deverão diminuir em 2015, tendo como base preços já deprimidos, por conta do declínio registrado em 2014. A situação tende a melhorar um pouco em 2015, mas inferior ao projetado pela OMC há algum tempo: projeção para o aumento do comércio mundial neste ano foi revista de 5% para 3,3%.

Assim, o crescimento econômico global permanece moderado, embora com perspectivas desiguais entre os principais países e regiões. Projeta-se (FMI) o crescimento mundial de 3,5% em 2015. Em relação ao ano passado, por um lado temos a melhora das perspectivas para as economias avançadas, por outro lado temos o crescimento em mercados emergentes e em desenvolvimento aquém do projetado no ano anterior, refletindo principalmente as perspectivas mais fracas para algumas grandes economias emergentes e para países exportadores de petróleo.

Destaca-se a recuperação da economia dos Estados Unidos, cujo crescimento esperado (FMI) para 2015 é 3,1%. Dentre as condições que justificam o desempenho robusto para 2015 estão: preço de energia significativamente menor, inflação baixa e um mercado imobiliário em recuperação. Estas forças devem compensar a redução nas exportações líquidas provenientes do fortalecimento do dólar. No entanto, a imagem ao longo de um horizonte mais longo é menos otimista, com potencial de crescimento estimado em apenas cerca de 2%, decorrente de uma população envelhecida e mais fraco crescimento da produtividade total dos fatores. O Comitê de Mercado Aberto Federal (FOMC, original) avalia que atualmente as condições do mercado de trabalho mantiveram a trajetória positiva, com fortes ganhos de emprego e uma taxa de desemprego mais baixa que no início do ano. Uma série de indicadores do mercado de trabalho sugere que a subutilização dos recursos de trabalho continua diminuindo. A inflação diminuiu, estando abaixo da meta de longo prazo do Comitê, refletindo os declínios nos preços da energia.

Na Zona do Euro, a atividade econômica continua sua recuperação. O baixo preço do petróleo, as baixas taxas de juros e a depreciação do euro devem impulsionar a atividade em 2015-16. O consumo privado

² Esta análise utiliza dados disponíveis até 29/04/2015.

ganhou dinamismo no decurso de 2014, beneficiando-se do crescimento do rendimento real decorrente de salários e outras rendas mais fortes e da queda dos preços dos produtos energéticos. Para 2015, entende-se que o patrimônio líquido crescente das famílias (que reflete as subidas de preços de ativos financeiros e melhorias no mercado imobiliário), bem como os custos de financiamento baixos e a menor restrição das condições de financiamento deverão também impulsionar o consumo. Ao mesmo tempo, o crescimento potencial permanece fraco: resultado da crise, mas também de fatores anteriores, como composição demográfica e diminuição na produtividade total dos fatores. Por isso, a perspectiva é de crescimento moderado e inflação controlada. Especificamente para o PIB, é esperado crescimento de 1,5% em 2015, destacando-se Alemanha (+1,6%), França (+1,2%), Itália (+0,5%) e Espanha (+2,5%).

Nos mercados emergentes, em contrapartida, o crescimento deverá diminuir em 2015 – pelo quinto ano consecutivo. Uma variedade de fatores explica esse declínio: nítidas revisões em baixa do crescimento para os exportadores de petróleo; desaceleração na China; e enfraquecimento contínuo das perspectivas para a América Latina resultante de um abrandamento de outras commodities. Destaca-se a China, cujo crescimento deverá diminuir para 6,8% este ano e 6,3% em 2016. Estas projeções (FMI) foram revistas para baixo devido à contração do crédito e investimentos. Como consequência, o Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) anunciou (abril/2015) corte de um ponto porcentual no depósito compulsório das instituições financeiras comerciais, na tentativa de estimular o crédito enquanto a economia demonstra desaceleração. O corte é o segundo no ano.

No Brasil, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou variação de 0,36% em fevereiro de 2015 em relação ao mês anterior (com ajuste sazonal), resultado acima das expectativas do mercado. No entanto, na comparação com o mesmo mês de 2014, tanto janeiro (-1,8%) quanto fevereiro (-3,2%) decresceram, totalizando o recuo de 2,5% no 1º bimestre. Em 12 meses, queda de 1,0%. Em fevereiro de 2015, forte recuo da Indústria Geral (-9,1%) na comparação com o mesmo mês de 2014, puxado pela Indústria de Transformação (-11,5%) e potencializado pelo calendário (carnaval) e pelo bom resultado da indústria em fevereiro de 2014. No bimestre, a Indústria Geral variou -7,1%. Em 12 meses, retração de 4,5%.

No bimestre, os destaques (negativos) para a indústria foram 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias' (-24,8%) e 'Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos' (-29,4%). No acumulado em 12 meses, as variações nestas atividades foram, respectivamente, -20,2% e -11,8%. Para o final de 2015, e acompanhando a piora de vários indicadores econômicos, as expectativas para a indústria e para o PIB voltaram a cair: -2,5% e -1,1%, respectivamente³. As expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) atuam no mesmo sentido: fatores como a queda de investimentos da Petrobrás, a alta do desemprego, a queda do preço das commodities e a necessidade do (elogiado) ajuste fiscal reduziram as perspectivas para o PIB em 2015, que passaram de +0,3% em janeiro para -1,0% em abril⁴.

Assim como na indústria, o comércio varejista apresentou forte recuo (-3,1%) em fevereiro de 2015 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o pior resultado mensal desde agosto de 2003 (-5,7%).

³ Boletim Focus de 24/04/2015.

⁴ World Economic Outlook (WEO).

No 1º bimestre, queda de 1,2% (+7,5% no 1º bimestre de 2014). Na comparação com o mês de janeiro de 2015, o mês de fevereiro registrou queda de 0,1%. Se considerado o comércio varejista ampliado, os resultados, seguindo a tendência verificada ainda em 2014, são ainda piores: queda de 7,5% no 1º bimestre, com a influência direta de 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-19,8%).

Os destaques no bimestre foram: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+14,5%) e 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-19,8%). Fatores como a retirada gradual de incentivos de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a diminuição da oferta de crédito, a tendência persistente de alta nos preços apesar do aumento sistemático da taxa Selic e a queda do rendimento real (poder de compra) dos trabalhadores contribuíram diretamente para a desaceleração no comércio varejista (e varejista ampliado), com sete segmentos (de dez) com variações negativas no ano (contra apenas um recuo no mesmo período de 2014).

Considerando o setor externo, a balança comercial registrou déficit em fevereiro de 2015 (US\$ -2,84 bi) inferior ao registrado no mesmo mês de 2014 (US\$ -2,13 bi). Assim como em janeiro, tanto as exportações quanto as importações apresentaram queda em fevereiro em relação ao mesmo mês de 2014 (-24% e -17%, respectivamente). No 1º bimestre, o saldo acumulado foi de US\$ -6,01 bi (US\$ -6,20 bi em 2014). Fatores como a queda no preço internacional das commodities continuam prejudicando as exportações, em especial em 'Minérios de ferro e seus concentrados' (-47,3%). Nas importações, destacaram-se 'Óleos brutos de petróleo' (-59,9%) e 'Automóveis de passageiros' (-28,0%).

A inflação medida pelo IPCA, por sua vez, manteve-se forte, com alta de 1,22% fevereiro de 2015, o pior resultado para o mês desde 2003 (+1,57%). O destaque para o mês foi o grupo de 'Transportes' (+2,20%), com altas expressivas em Gasolina (+8,42%) e Óleo Diesel (+5,32%) em função do reajuste nas alíquotas do PIS/COFINS. No bimestre, a variação (+2,48%) foi a mais alta desde 2003 (+3,86%). Auxiliada também pelo resultado de janeiro (+1,24%), a alta em 12 meses foi de 7,7%, a maior desde maio de 2005 (+8,05%). Este desempenho no início do ano resultam em expectativas de mercado no sentido de elevação dos preços em 2015 (+8,25%), bem superior à verificada em 2014 (+6,41%), com influência direta da depreciação do câmbio e da expectativa de alta dos preços administrados em 2015 (+13,10%)⁵.

O mercado de trabalho começou a refletir a situação econômica atual. Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) mostram, em fevereiro de 2015, a maior taxa de desemprego (+5,9%) desde junho de 2013 (+6,0%), e a mais alta para o mês de fevereiro desde 2011 (+6,4%). A redução da população ocupada somada ao aumento da procura de trabalho por pessoas que não o faziam anteriormente contribuíram para o resultado do indicador. Considerando o número de postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, as demissões em fevereiro superaram as contratações em 2.415 empregos, o pior resultado para o mês desde 1999 (78.030 demissões líquidas). No bimestre, foram fechados 80.732 empregos, o pior resultado para o período desde 1999 e um sinal de preocupação quando comparado com o mesmo período de 2014, quando foram criadas 302.190 novas vagas.

⁵ Boletim Focus de 24/04/2015.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 215,3 bilhões no primeiro bimestre de 2015. Esse resultado representou o aumento nominal de 4,09% e queda real de 3,07% (IPCA), em relação ao ano anterior. Em janeiro de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 125,3 bilhões. Em fevereiro houve crescimento nominal de 8,23% e crescimento real de 0,49%, ante o mesmo mês de 2014, chegando ao valor de R\$ 89,98 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: arrecadação extraordinária, em fevereiro/15, no valor de R\$ 4,64 bilhões, decorrente da transferência de ativos entre empresas; redução na arrecadação dos tributos apurados com base na estimativa mensal (IRPJ/CSLL) ocorrida, principalmente, no mês de janeiro/15; desonerações tributárias; desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos. Os principais decréscimos verificados em 2015, em relação ao ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: CIDE-combustíveis (-38,7%); IRPJ-Entidades Financeiras (-15,6%); e IPI-Bebidas (-15,3%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IPI-Fumo (+17,6%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+15,9%); IOF (+14,3%); e IRRF-Rendimentos de Capital (+11,8%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em fevereiro apresentou queda de 7,1% em relação ao mês anterior (série com ajuste), o movimento repete-se quando comparado ao mesmo período do ano anterior, queda de 11,8%. O Brasil também apresentou queda em ambas as comparações, tendo recuado 0,98% em relação a janeiro e 9,1% em relação a fevereiro de 2014. Tal quadro reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado a economia brasileira. No ano, a indústria fluminense registra resultado negativo de 7,0%, situação que se repete no Brasil, que registrou queda de 7,1%. Em 12 meses (fevereiro), o setor industrial fluminense acumula queda de 3,8%, enquanto no país a queda é de 4,5%.

Em termos dos principais agregados, em fevereiro, a indústria extrativa e de transformação fluminense apresentaram crescimento de 7,6% e queda de 18,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 12,0% e queda de 11,5%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

Das treze atividades em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ, onze mostram desaceleração na produção industrial em fevereiro (em relação ao ano anterior). Os principais impactos negativos ficaram com Veículos automotores, reboques e carrocerias (-48,1%) e Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-14,9%), pressionados, principalmente, pela menor fabricação de caminhões, automóveis e chassis com motor para ônibus ou para caminhões; e de gasolina automotiva, óleos combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP), respectivamente. Vale mencionar ainda que a queda na produção dos derivados do petróleo nesse mês foi especialmente influenciada pela paralisação para manutenção em importante unidade produtiva deste setor. Outras pressões negativas importantes vieram de Impressão e reprodução de gravações (-79,6%), de Metalurgia (-9,6%), de Produtos de metal (-31,3%), de Produtos alimentícios (-17,4%) e de Produtos de borracha e de material plástico (-21,8%), explicados, em grande medida, pelos recuos na produção de impressos de segurança e jornais sob encomenda, no primeiro ramo; vergalhões de aços ao carbono, bobinas grossas de aços ao carbono, bobinas ou chapas de aço zincadas, bobinas a frio de aços ao carbono e barras de aços ao carbono, no segundo; âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, esquadrias de alumínio, andaimes tubulares para armações e para escoramento e fechaduras para usos diversos, no terceiro; sorvetes, picolés, biscoitos e bolachas, farinha de trigo e preparações e conservas de peixes, no quarto; e pneus, no último.

Em janeiro-fevereiro de 2015, comparado ao mesmo período de 2014, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 7,0%, com todas as atividades pesquisadas apontando queda na produção. Os principais impactos negativos vieram dos setores de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-42,5%) e de Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-10,7%), pressionados, sobretudo, pela menor fabricação de caminhões e automóveis; e de óleos combustíveis e gasolina automotiva, respectivamente. Vale mencionar também os recuos vindos de Produtos de metal (-21,7%), de Outros produtos químicos (-10,7%), de Metalurgia (-5,3%), de Produtos alimentícios (-10,6%), de Bebidas (-8,6%), de Produtos de borracha e de material plástico (-12,1%) e de Produtos de minerais não-metálicos (-17,4%), explicados principalmente pela menor produção de âncoras, fateixas e suas partes e peças de

ferro e aço, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, andaimes tubulares para armações e para escoramento, fechaduras para usos diversos e esquadrias de alumínio, no primeiro ramo; de tintas e vernizes para impressão, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, inseticidas para uso na agricultura e polipropileno (PP), no segundo; de bobinas a frio de aços ao carbono, bobinas grossas de aços ao carbono, bobinas ou chapas de aços zincadas, vergalhões de aços ao carbono e fio-máquina de aços ao carbono, no terceiro; de sorvetes, picolés, biscoitos e bolachas, farinha de trigo e preparações e conservas de peixes, no quarto; de cervejas e chope, no quinto; de pneus e garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico, no sexto; e de vidro flotado, desbastado ou polido e massa de concreto preparada para construção, no último.

Comércio. O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro cresceu 1,8% no primeiro bimestre do ano. Analisando por atividade, três apresentaram variação positiva: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+50,5%) e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+15,1%) e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+5,4%). Note que estas atividades apresentaram crescimento superior no estado em comparação com o Brasil (+14,5%; +3,8%; e +4,1%, respectivamente). Nas demais, as vendas retraíram, destacando-se 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-7,1%), 'Tecidos, vestuário e calçados' (-5,7%), e 'Combustíveis e lubrificantes' (-5,3%); na comparação com o país, em apenas dois segmentos o desempenho estadual foi inferior à média nacional: 'Combustíveis e lubrificantes' (-5,2%) e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-3,8%).

O comércio varejista ampliado, por sua vez, decresceu 2,3% no Rio de Janeiro e 7,5% no país, mostrando que os setores automobilístico e imobiliário tiveram sinais de esgotamento. Essa diferença entre o regional e o nacional é explicada pela queda nas vendas do segmento 'Material de construção' (-0,5% no estado e -7,8% no país), refletindo as expectativas sobre o quadro macroeconômico, atrelado ao menor número de lançamentos no mercado imobiliário residencial e comercial. Fatores como a retirada gradual de incentivos de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a desaceleração do crédito, a tendência persistente de alta nos preços apesar do aumento sistemático da taxa Selic e a queda do rendimento real (poder de compra) dos trabalhadores contribuem diretamente para as quedas generalizadas no comércio varejista.

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

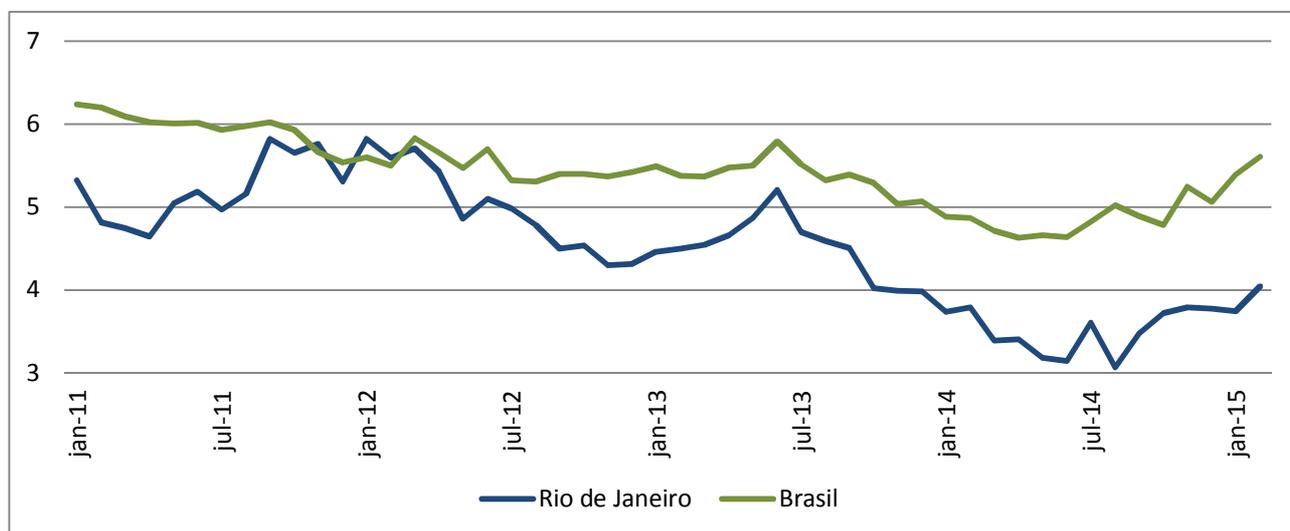
Atividade	Janeiro-Fevereiro		Fevereiro	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	-5,3	-5,2	-10,5	-10,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,0	-0,8	-0,2	-1,8
Tecidos, vestuário e calçados	-5,7	-3,8	-10,1	-7,3
Móveis e eletrodomésticos	-3,9	-6,5	-6,9	-10,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,4	4,1	7,0	3,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,1	-7,9	-10,4	-5,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	50,5	14,5	53,1	8,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	15,1	3,8	15,5	3,0
Comércio varejista	1,8	-1,2	0,8	-3,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	-12,2	-19,8	-25,8	-23,7
Material de construção	-0,5	-7,8	-6,0	-13,0
Comércio varejista ampliado	-2,3	-7,5	-7,1	-10,3

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 0,20% no primeiro bimestre de 2015, na comparação anual. Já a população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 0,36% em 2015. Pode-se observar que este resultado é dado pela combinação entre as posições da ocupação: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram crescimento de 0,68% no período; já o setor informal (35% do total em fevereiro) apresentou queda, com empregos 'Contra própria' reduzindo 1,2% e 'Sem carteira assinada' diminuindo 2,8%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+1,1%). Combinando os movimentos, considerando que ambas a PEA e a taxa de ocupação decresceram no início do ano, a taxa de desocupação aumentou no período (no Rio de Janeiro, a taxa foi 4,20 em fevereiro de 2015).

Gráfico 1
Taxa de desocupação com ajuste sazonal



Fonte: PME/IBGE

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+4,3%), correspondendo a 12% da ocupação em fevereiro, 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (+1,7%), correspondendo a 18%, e 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+1,2%), correspondendo a 20%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: 'Construção' (-8,5%), correspondendo a 7%, 'Serviços domésticos' (-6,0%), correspondendo a 6%, e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-1,4%), correspondendo a 15%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que em 2015 houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 51.577 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (+4.161 admissões líquidas em 2014). Este resultado é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores 'Comércio' (-24.842 em 2015, frente -18.610 em 2014), 'Construção Civil' (-11.877 em 2015, frente +7.264 em 2014) e 'Serviços' (-11.877 em 2015, frente +13.339 em 2014). Observa-se, contudo, que em todos os setores houve desligamentos líquidos.

Quanto ao rendimento médio real – preços de fevereiro de 2015 – dos trabalhadores na RMRJ, no primeiro bimestre de 2015 houve queda 0,43% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado. Esse resultado é consequência do aumento da inflação no período.

I.IV Inflação

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 1,71% e 1,19%, nos meses de janeiro e fevereiro respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 1,24% e 1,22% no mesmo período. Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou 2,92% no acumulado do ano, variação superior à observada em 2014, 1,57%. No que tange o Brasil, o acumulado no ano foi 2,48%, índice maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior 1,24%. A meta para inflação estabelecida para 2015 continua sendo 4,50%, apesar da expectativa no país ser 8,25%⁶ e o IPCA acumulado em 12 meses (até fev/2015) ser 9,01%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu elevar a taxa SELIC pela terceira vez no início do ano (abril), atualmente em 13,25%.

Tabela 2
Varição do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 1º Bimestre	RJ		No ano	
	Janeiro	Fevereiro	RJ	BR
Índice Geral	1,71	1,19	2,92	2,48
Alimentação e bebidas	1,58	1,00	2,60	2,30
Habitação	2,22	1,02	3,26	3,67
Artigos de Residência	-0,41	0,30	-0,11	0,59
Vestuário	-1,06	-0,56	-1,61	-1,29
Transportes	4,04	0,84	4,91	4,07
Saúde e Cuidados Pessoais	0,28	0,84	1,12	0,92
Despesas Pessoais	2,41	1,96	4,42	2,55
Educação	0,37	6,89	7,29	6,21
Comunicação	-0,04	-0,16	-0,20	0,13

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Educação (7,29%), Transportes (4,91%) e Despesas Pessoais (4,42%). O grupo Educação reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, especialmente nos valores das mensalidades dos cursos regulares. Em relação ao grupo Transporte, este foi influenciado pelo aumento de preço na gasolina e no óleo diesel, impactados pelo aumento nas alíquotas do PIS/COFINS. No que tange o grupo Despesas Pessoais, sobressaíram cigarro, excursão, cabeleireiro e manicure. Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário, Artigos de Residência e Comunicação apresentaram deflação.

I.V Setor Externo

⁶ Boletim Focus de 24/04/2015.



As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 2,4 bilhões em 2015, redução de 10,2% em relação a igual período de 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Industrializados (-16%) que representam 35% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Básicos, as quais retraíram 3%, contudo, estas operações representam 60% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias também reduziu consideravelmente (-22,5%), alcançando US\$ 2,9 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-0,85%), que representam 88% do valor total comercializado no período, e com produtos Básicos (-71,1%), que representam 12% do valor total. O saldo no período foi de déficit de US\$ 455 milhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2015 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 842 de 10 de Fevereiro de 2015

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 12.712,51 milhões / 100,2% da meta realizada.

Tabela 3
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - FEV) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES (1)	11.856,94	12.452,77	105,0%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	835,86	259,74	31,1%
TOTAL	12.692,80	12.712,51	100,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁷ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁸ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

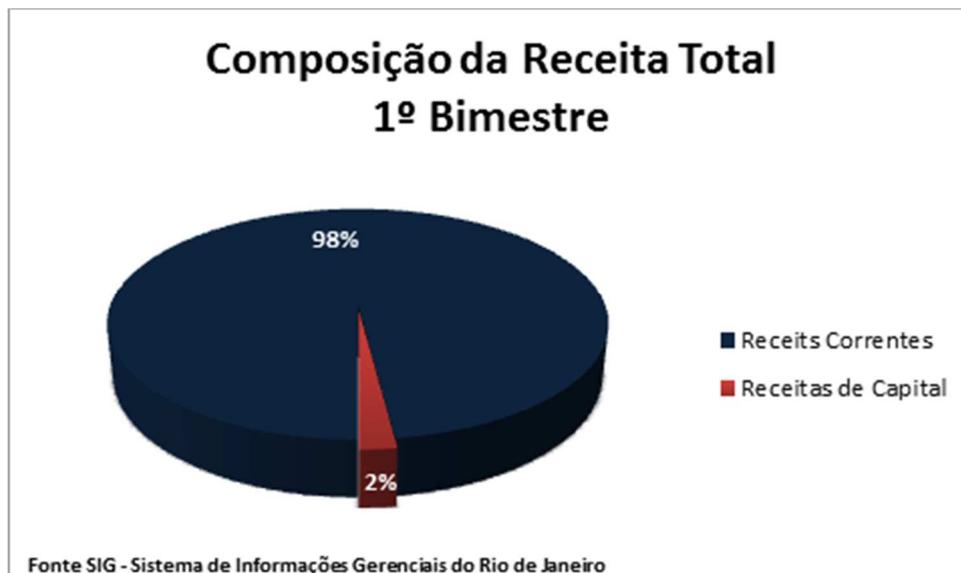
A receita total realizada, no primeiro bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 12.712,51 milhões, valor que ultrapassou a meta estipulada em + 0,2%; + R\$ 19,72 milhões.

No primeiro bimestre de 2015, a receita total realizada pelo Estado do Rio de Janeiro superou a meta em 0,2%.

⁷ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁸ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

Gráfico 2



A superação da meta, no bimestre decorreu, principalmente, das receitas de Correntes. No bimestre, essas receitas ultrapassaram a meta em + R\$ 595,83 milhões (+ 5,0%), totalizando 12.452,87 milhões, correspondendo a aproximadamente 98% da receita arrecadada. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas Receitas Tributárias, principal receita do estado, que ficou acima da meta no bimestre e das Receitas Intraorçamentárias. Mais informações acerca das receitas de capital na seção IV.I.

Já as receitas de capital obtiveram performance aquém da meta no bimestre: A receita de operações de crédito que foi a principal influência para o descumprimento da meta no bimestre. Mais informações acerca das receitas de capital na seção IV.II.

- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 12.452,77 milhões / 105,0% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita - Receita Corrente Realizada
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - FEV) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES (1)	11.856,94	12.452,77	105,0%
TRIBUTÁRIA	7.641,35	7.783,06	101,9%
CONTRIBUIÇÕES	258,66	281,72	108,9%
PATRIMONIAL	1.617,46	1.550,46	95,9%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,00	5,4%
INDUSTRIAL	0,07	28,85	41.214,4%
SERVIÇOS	99,50	57,35	57,6%
TRANSF. CORRENTES	1.130,95	1.096,29	96,9%
OUTRAS	389,92	302,50	77,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	718,95	1.352,53	188,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem⁹:

- a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A receita corrente realizada, no 1º bimestre de 2014, realizou o total de R\$ 12.452,77 milhões.

⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No primeiro bimestre, as receitas correntes realizaram o valor de R\$ 12.452,77 milhões, resultado acima da meta estimada para o período em + R\$ 141,71 milhões (+ 1,9%).

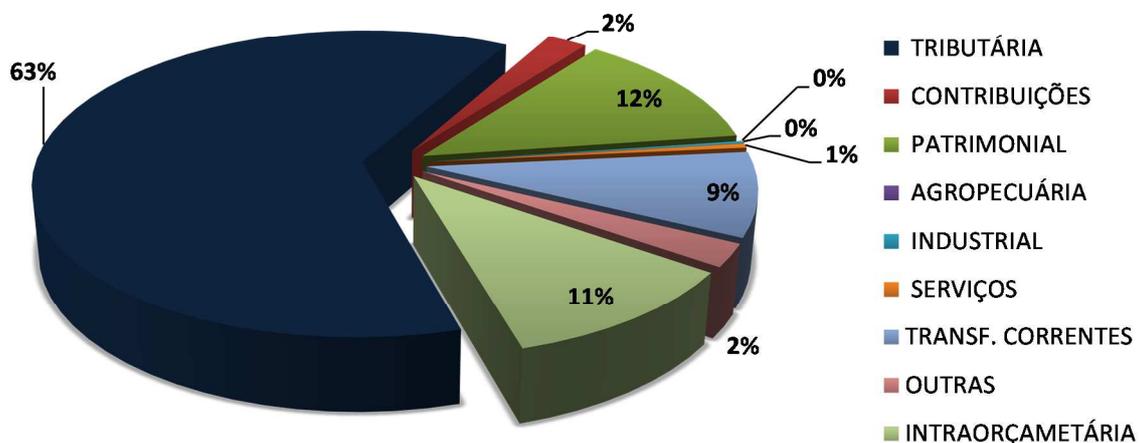
Tal resultado decorreu, principalmente, pelo resultado positivo de algumas receitas, como as receitas tributárias, receitas de contribuições e das receitas de intraorçamentárias, as quais realizaram, respectivamente, R\$ 7.783,06 milhões (101,9% da meta estimada), R\$ 281,72 (108,9% da meta estimada), e R\$ 1.352,53 milhões (188,1% da meta estimada).

Dentre as receitas tributárias é a receita do ICMS que possui a maior representatividade. Essa receita totalizou R\$ 5.170,53 milhões, no primeiro bimestre de 2015, uma variação de – 8,4% frente ao mesmo período de 2014. Mais detalhes sobre a receita tributária na seção IV.I.1.1 deste boletim.

No primeiro bimestre, as receitas tributárias representaram 62,5% das receitas correntes do Estado.

Gráfico 3

Composição da Receita Corrente Realizada 1º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

A receita corrente realizada superou a meta estipulada: 105,0% ou R\$ 12.452,77 milhões.

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 259,74 milhões / 31,1% da meta realizada.

Tabela 5

Metas de Receita - Receita de Capital Realizada

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (JAN - FEV) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - FEV) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	835,86	259,74	31,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	656,87	141,41	21,5%
ALIENAÇÃO DE BENS	2,50	0,01	0,2%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	41,45	53,90	130,0%
TRANSF. CAPITAL	135,04	64,43	47,7%
OUTRAS	0,00	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

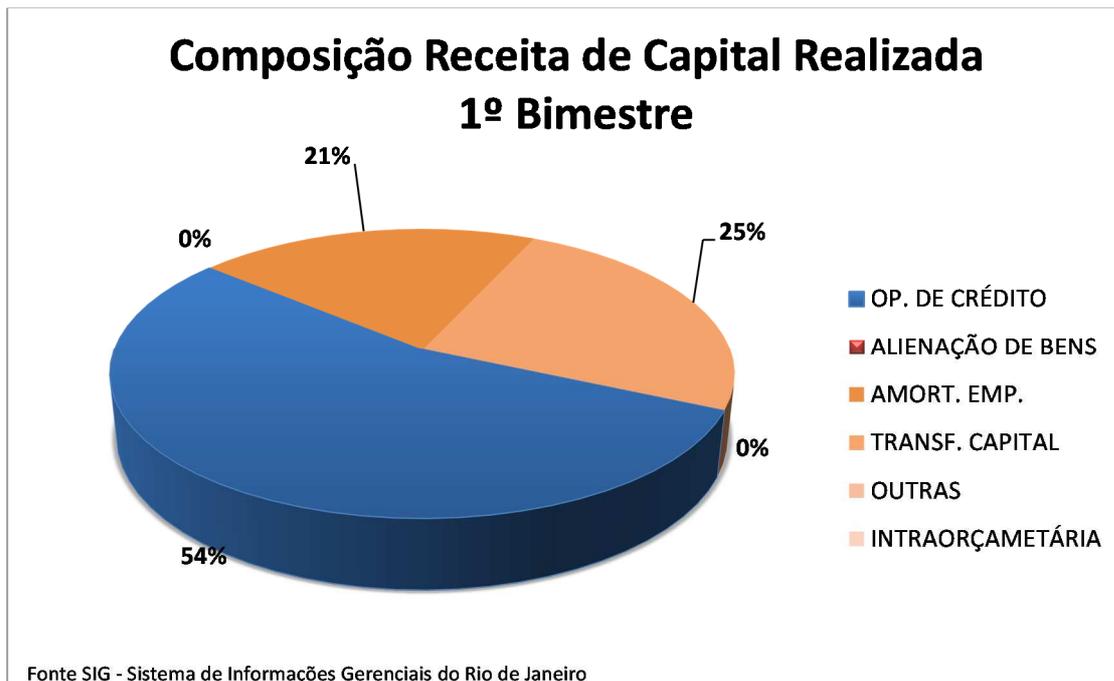
(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁰:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

Gráfico 4



As receitas de capital, no primeiro bimestre de 2015, realizaram R\$ 259,74 milhões, 31,1% da meta estipulada para o período. A principal receita responsável pela não extrapolação da meta foi a receita de operações de crédito, que realizou R\$ 141,41 milhões, R\$ 515,46 milhões abaixo da meta estimada. A receita de operações de crédito não apresentou superação da meta devido à alteração no cronograma de desembolsos, o qual, inicialmente, previa o recebimento dessas receitas em momento diverso.

A receita de operações de crédito do 1º bimestre foi obtida, em sua maior parte, em outubro. Têm destaque as operações de crédito internas para programa de meio ambiente com R\$ 600,00 milhões e as operações de crédito internas para programas de transporte que totalizaram R\$ 450,00 milhões.

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

As receitas de capital, no primeiro bimestre, variaram -68,9% em relação ao mesmo período do ano de 2014.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 11,34 bilhões / 97,5%¹¹

Para o 1º bimestre do exercício corrente a meta de execução foi de R\$ 11,63 bilhões, conforme apresentado na Tabela 7 abaixo.

Até fevereiro a despesa total paga (R\$ 11,34 bilhões) ficou abaixo do estimado no Cronograma em apenas 2,5% (-R\$ 290,19 milhões). Do total gasto, uma parcela diz respeito ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 1,72 bilhão), correspondendo a 15,2% da meta de execução do total.

A maior execução frente à meta, na análise por grupo de despesa, ocorreu em Investimentos/Inversões Financeiras (R\$ 863 milhões) com R\$ 345 milhões além da meta (+66,5%), basicamente financiados com recursos de operações de crédito.

Nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, a despesa realizada no 1º bimestre a execução alcançou R\$ 4,71 bilhões, ficando 15,3% (+R\$ 623 milhões) acima da meta prevista.

O grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução aquém da meta (-R\$ 1,26 bilhões; -21,4%), totalizando R\$ 4,63 bilhões de despesas pagas. Do total, R\$ 2,26 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 1,08 bilhões em Encargos Especiais, e R\$ 658 milhões nas demais funções.

Por último as despesas pagas com Juros e Amortização da dívida cumpriram o cronograma previsto, alcançando o total de R\$ 1,13 bilhão neste bimestre.

O ERJ neste primeiro Bimestre realizou uma despesa total de R\$ 11,34 bilhões: apenas 2,5% (R\$ 290,19 milhões) abaixo da meta.

Tabela 6

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - FEVEREIRO			
	INICIAL	82.801.361.911	-
DOTAÇÃO	ATUAL	83.533.605.596	100,9%
	DISPONÍVEL	74.260.659.006	88,9%
CONTINGENCIADO		9.272.946.591	11,1%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		732.243.685	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Tabela 7 – Cronograma de Desembolso

RS Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JAN A FEV				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	4.086	3.812	897	4.709	115,3%
OUTRAS DESP. CORRENTES	5.887	3.991	639	4.629	78,6%
INVEST /INVERSÕES	518	676	187	863	166,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	1.135	1.133	0	1.133	99,9%
TOTAL	11.625	9.612	1.723	11.335	97,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

¹¹ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.



As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

III. Resultados Fiscais¹²

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 1.216,60 milhões / - 187,8%

Tabela 8

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	10.939,38	9.550,15	-12,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	10.690,90	7.937,88	-25,8%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.118,17</i>		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.270,82	259,74	-79,6%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.095,83	1.352,53	23,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	9.553,62	10.766,75	12,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.661,49	8.007,21	-17,1%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.118,17</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	968,28	1.317,54	36,1%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.042,01	1.442,00	38,4%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.385,77	-1.216,60	-187,8%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no primeiro bimestre de 2015, foi deficitário em – R\$ 1.216,60 milhões, com uma variação negativa de 187,8% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado decorreu do déficit corrente e de capital. No primeiro caso, as despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes ocasionando o déficit corrente de R\$ 69,33 milhões. Quanto ao déficit de capital, as despesas de capital foram de R\$ 1.317,54 milhões enquanto as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 259,74 milhões, o que ocasionou o déficit de capital de R\$ 1.057,80 milhões.

O resultado orçamentário, no primeiro bimestre de 2015, foi deficitário em – R\$ 1.216,60 milhões.

¹² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 487,10 milhões / - 122,82%

Tabela 9

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014 - 2015.
Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	9.579,99	7.827,59	-18,3%
I.1 RECEITA CORRENTE	10.403,55	7.529,30	-27,6%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.118,17</i>		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.229,25	232,80	-81,1%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	65,36	65,49	0,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.445,42	8.314,69	11,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.553,91	5.556,06	-26,4%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-2.118,17</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	968,28	1.317,54	36,1%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.041,41	1.441,09	38,4%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)	2.134,56	-487,10	-122,82%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.359,39	1.722,56	26,72%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.108,19	2.452,06	16,31%
RES. ORÇAM. DO RIOPREVIDÊNCIA (C-D)	-748,80	-729,50	2,65%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)+(C-D)	1.385,77	-1.216,60	-187,8%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015

SIG 17/03/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

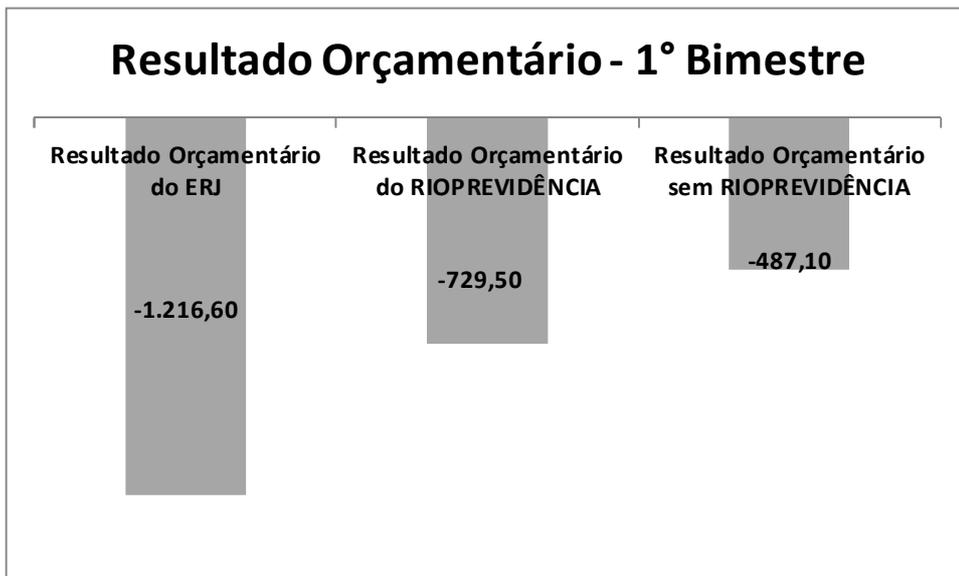
Como dito anteriormente, o resultado orçamentário no primeiro bimestre - incluindo o RIOPREVIDÊNCIA - foi deficitário em R\$ 1.216,60 milhões. Tal resultado ocasionou em uma variação negativa no Resultado Orçamentário de 187,8% em relação a 2014. Ao efetuar a análise a partir da exclusão do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário passa a atingir o valor de - R\$ 487,10 milhões. Percebe-se, assim, que o RIOPREVIDÊNCIA afetou negativamente as contas do Estado, já que excluindo esse órgão da análise, o resultado do Estado tem uma melhora significativa do déficit.

Quanto ao resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA, suas receitas atingiram o valor de R\$ 1.722,56 milhões, o que levou a uma variação positiva de 26,72% em relação a 2014. Todavia, as despesas também obtiveram aumento, uma vez que variaram

O resultado orçamentário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 487,10 milhões no PRIMEIRO bimestre de 2015.

positivamente em 16,31% (+ R\$ 343,87 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2014. Tais valores de receita e despesas implicaram em um resultado orçamentário de - R\$ 729,50 milhões no primeiro bimestre de 2015.

Gráfico 5



R\$ Milhões

III.III Resultado Primário¹³

Bimestre: - R\$ 314,43 milhões / - 134,1%

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.

Resultado Primário

(R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITAS TOTAL	10.939,38	9.550,15	-12,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.350,01	321,86	-76,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.095,83	1.352,53	23,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.493,54	7.875,76	-7,3%
DESPEASAS TOTAL	9.553,62	10.766,75	12,7%
DESPEASAS FINANCEIRAS	939,19	1.134,54	20,8%
DESPEASAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.042,01	1.442,03	38,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.572,41	8.190,19	8,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	921,13	-314,43	-134,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

No primeiro bimestre de 2015, o resultado primário atingiu um valor deficitário de - R\$ 314,43 milhões, com uma variação de -134,1% frente a 2014. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. Uma vez que as despesas primárias alcançaram o montante de R\$ 8.190,19 milhões, as receitas primárias não foram suficientes para arcar com toda a despesa primária, pois atingiram o valor de R\$ 7.875,76 milhões.

No primeiro bimestre de 2015, o resultado primário apresentou o valor de – R\$ 314,43 milhões.

¹³ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado até o 5º bimestre, e não pelo empenhado.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: R\$ 1.734,87 milhões / - 36,8%

Tabela 11

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

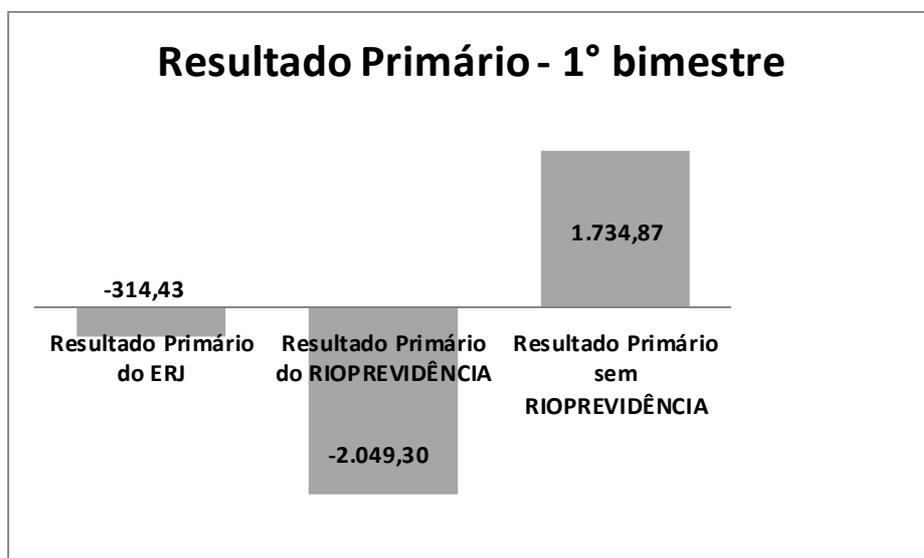
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITAS TOTAL	11.698,16	7.827,59	-33,1%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.303,06	288,15	-77,9%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	65,36	65,49	0,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	10.329,73	7.473,94	-27,6%
DESPESAS TOTAL	9.563,59	8.314,69	-13,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	939,19	1.134,54	20,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.041,41	1.441,09	38,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.583,00	5.739,07	-24,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	2.746,74	1.734,87	-36,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	-1.825,61	-2.049,30	-10,9%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015
SIG 17/03/2015

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA mostra que, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de R\$ 1.734,87 milhões, porém, com uma variação negativa de - 36,8% frente ao mesmo período de 2014. Essa análise é efetuada para evidenciar o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que seu resultado primário foi negativo em - R\$ 2.049,30 milhões.

Gráfico 6



R\$ Milhões

IV. Receita Estadual¹⁴

Bimestre: R\$ 12.712,51 milhões / - 10,0%¹⁵

Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
REC. CORRENTE	11.756,80	11.100,24	-5,6%
REC. CAPITAL	1.270,82	259,74	-79,6%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.095,83	1.352,53	23,4%
Total	14.123,45	12.712,51	-10,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

No primeiro bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 12.712,51 milhões – decréscimo de R\$ 1.410,94 milhões (- 10,0%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita de Capital.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou decréscimo de 5,6% (- R\$ 656,56 milhões) influenciada, principalmente pela retração da Receita Tributária (- R\$ 333,00 milhões; - 4,1%), da Receita Patrimonial (- R\$ 30,19 milhões; - 1,9%), de Transferências Correntes (- R\$ 95,45 milhões; -8,0%) e de Outras Receitas Correntes (- R\$ 214,75 milhões; - 41,75%). A Receita de Contribuições atenuou os efeitos negativos apresentando acréscimo de R\$ 35,63 milhões (+ 14,5%). O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

Entretanto, o resultado negativo, neste bimestre, deve-se, principalmente, à Receita de Capital, que apresentou queda de 79,6% (- R\$ 1.011,08 milhões), fruto da redução de 87,9% (- R\$ 1.031,41 milhões) das Operações de Crédito. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No 1º bimestre de 2015, a Receita de Capital apresentou redução de R\$ 1,011,08 milhões (- 79,6%) sendo acompanhada pela Receita Corrente, que decresceu 5,6% (- R\$ 656,56 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁵ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 11.100,24 milhões / - 5,6%

Tabela 13
RECEITA CORRENTE, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
TRIBUTÁRIA	8.116,06	7.783,06	-4,1%
CONTRIBUIÇÕES	246,08	281,72	14,5%
PATRIMONIAL	1.580,65	1.550,46	-1,9%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,00	-29,2%
INDUSTRIAL	31,78	28,85	-9,2%
DE SERVIÇOS	73,22	57,35	-21,7%
TRANSF. CORRENTES	1.191,74	1.096,29	-8,0%
OUTRAS CORRENTES	517,25	302,50	-41,5%
REC.CORRENTES	11.756,80	11.100,24	-5,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

No 1º bimestre de 2015, merecem atenção, pelo resultado negativo dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, (- R\$ 333,00 milhões; - 4,1%), a Receita Patrimonial (- R\$ 30,19 milhões; - 1,9%), Transferências Correntes (- R\$ 95,45 milhões; - 8,0%) e Outras Receitas Correntes (- R\$ 214,75 milhões; - 41,5%), em relação ao mesmo período de 2014.

Por sua vez, a Receita de Contribuições apresentou acréscimo de R\$ 35,63 milhões (+ 14,5%), em relação ao mesmo período de 2014, não influenciando significativamente o decréscimo geral da Receita Corrente (- R\$ 656,56 milhões; - 5,6%), que totalizou, no 1º bimestre de 2015, R\$ 11.100,24 milhões.

No primeiro bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou um comportamento de retração, sendo a redução das Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes os principais fatores da redução no resultado.

IV.1.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.783,06 milhões / - 4,1%

Tabela 14
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.116,06	7.783,06	-4,1%
ICMS	5.644,64	5.170,53	-8,4%
Adicional do ICMS	507,01	493,25	-2,7%
IRRF	282,83	267,25	-5,5%
IPVA	1.096,08	1.270,39	15,9%
ITD	87,61	63,71	-27,3%
Taxas	497,89	517,94	4,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

A Receita Tributária arrecadada no primeiro bimestre de 2015 decresceu 4,1% (- R\$ 333,00 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 7.783,06 milhões. Este resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS, que apresentou decréscimo de R\$ 474,11 milhões (-8,4%) e, com menor intensidade, pelas arrecadações de IRRF e ITD, que afetaram o resultado bimestral com decréscimos R\$ 15,58 milhões (- 5,5%) e de R\$ 23,90 milhões (- 27,3%), respectivamente.

De modo inverso, o IPVA e Taxas apresentaram acréscimo na arrecadação, comparativamente ao 1º bimestre de 2014, com aumentos de R\$ 174,31 milhões (+ 15,9%) e R\$ 20,05 milhões (+ 4,0%), respectivamente, atenuando o decréscimo da arrecadação tributária no bimestre.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado negativo no bimestre, com decréscimo de R\$ 474,11 milhões (- 8,4%) e, juntamente com o decréscimo das receitas de IRRF e ITD, foram os principais componentes para o resultado negativo da Receita Tributária no 1º bimestre de 2015.

A arrecadação de IPVA e Taxas atenuaram o efeito negativo da arrecadação dos demais tributos.

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**Bimestre: R\$ 5.170,53 milhões / - 8,4%**

A arrecadação de ICMS apresentou decréscimo no primeiro bimestre de 2015, com redução de 8,4% (- R\$ 474,11 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁶):**Bimestre: R\$ 1.270,39 milhões / + 15,9%**

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No primeiro bimestre de 2015, o IPVA apresentou acréscimo de arrecadação de R\$ 174,31 milhões (+ 15,9%). Essa a variação foi relevantemente influenciada pela redução de desconto para pagamento à vista, que alterou de 10% para 8% por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e §2º.

Em adição, no período, ocorreram recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento concedido pela Lei Estadual nº 6.931/2014 para débitos dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro de 2015.

A arrecadação de IPVA no 1º bimestre de 2015 apresenta um acréscimo (+ 15,9%) em relação ao mesmo bimestre de 2014.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10% para 8%

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro/15.

¹⁶ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do recolhimento das parcelas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 63,71 milhões / - 27,3%**

A arrecadação do ITD decresceu no 1º bimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, apresentando uma redução de 27,3% na arrecadação (- R\$ 23,90 milhões) e totalizando R\$ 63,71 milhões. A queda pode ser atribuída à redução de dias úteis em fevereiro, dado o período de carnaval, assim como da atual situação econômica, que leva à prática de se postergar a abertura dos inventários.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 517,94 milhões / + 4,0%
Tabela 15
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
Taxas	497,89	517,94	4,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	174,90	201,16	15,0%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	168,10	192,54	14,5%
Outras	6,80	8,62	26,8%
Taxas pela Prestação de Serviços	322,99	316,78	-1,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	67,78	60,78	-10,3%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	67,66	58,25	-13,9%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	187,55	197,75	5,4%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	172,52	183,24	6,2%
Outras	15,03	14,50	-3,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de 4,0% (+ R\$ 2,05 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2014, totalizando R\$ 517,94 milhões. Esse acréscimo foi resultado, principalmente, do incremento na arrecadação apresentada pelas Taxas Exercício do Poder de Polícia (+ R\$ 26,26 milhões; + 15,0%), sendo a Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (DETRAN) o principal destaque pelo resultado desse grupo (+ R\$ 24,44, milhões; + 14,5%), reforçado pelo resultado da arrecadação da Taxa de Serviços de Trânsito (DETRAN) que apresentou um acréscimo de R\$ 10,72 milhões (+ 6,2%).

Box 01 – Desempenho da Arrecadação do ITD e a valorização dos preços dos imóveis no ERJ

Esta seção visa explicar, em certa medida, o desempenho do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou por Doação) no período de 2007-2014, a partir de uma breve análise da valorização dos bens imóveis.

Para isso, se faz necessário examinar a evolução dos valores dos imóveis no ERJ e discutir o desempenho da arrecadação do referido imposto no período em análise. Depois disso, busca-se interpretar e inferir a relação causal estabelecida.

No entanto, primeiramente, faz-se premente a compreensão da legislação em vigor, o mencionado imposto, dentre seus fatos geradores, incide sobre a transmissão de propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física e na transmissão de direitos reais, exceto os de garantia e as servidões prediais.

Diante do exposto, nota-se que a receita de ITD está diretamente relacionada ao preço dos imóveis, pois se há uma notada valorização, haverá por consequência um aumento nominal na base de cálculo utilizada para aferir o imposto devido.

Há de se destacar, também, que o índice imobiliário utilizado, referencia os preços de venda de imóveis restritos à cidade do Rio de Janeiro. O peso relativo dos ativos concentrados na capital e a influência sobre os preços dos imóveis no restante do Estado, propicia que este indicador possa ser utilizado como “proxy” para todo o ERJ.

Ano	Arrecadação (R\$)
2007	209.675.022,80
2008	248.871.022,30
2009	290.447.854,68
2010	464.271.385,97
2011	418.195.528,57
2012	525.059.853,59
2013	639.448.814,85
2014	686.650.963,54

Fonte: SIG/SEFAZ-RJ

Conforme explicitado na tabela 1, é relevante a evolução constatada na receita, em valores

correntes, oriunda da tributação da transmissão causa mortis e doação de 2007-2014 no ERJ. Neste período, houve um crescimento médio de 20,01% ano a ano da arrecadação, muito acima da inflação oficial¹⁷.

Neste contexto, os preços dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro, também, obtiveram desempenho significativo de 2007-2014 (vide tabela 2, abaixo). Nota-se um crescimento continuado e consistente dos valores praticados na cidade. Neste período, constatou-se uma variação média de 20,94%, semelhante ao verificado na arrecadação do ITD.

Período	Variação %
2007/2008	12,87%
2008/2009	21,39%
2009/2010	39,63%
2010/2011	34,90%
2011/2012	15,00%
2012/2013	15,21%
2013/2014	7,55%

Fonte: FipeZap

Ainda, que se observe certo descasamento, em anos específicos, decorrentes da ocorrência de um fato gerador muito relevante em valores absolutos, se entre a variação anual desta receita tributária e a evolução dos preços dos imóveis, a relação teórica consubstanciada na causalidade das séries, permite afirmar que em certa medida, os preços praticados no mercado imobiliário têm contribuído para o desempenho da arrecadação do Tesouro estadual.

Há que se ressaltar, que apesar da retração experimentada pela economia nacional no ano de 2009, haja vista os efeitos da crise internacional iniciada no mercado imobiliário norte-americano, e uma redução no ritmo de crescimento econômico nos anos subsequentes, os preços dos imóveis tem apresentado valorizações significativas.

Embora, a cidade do Rio de Janeiro, também, seja atingida pela contração da atividade econômica nacional, destaca-se, que investimentos contundentes em infraestrutura, por conta dos grandes eventos esportivos, têm servido de sustentação aos preços praticados no mercado imobiliário local. Ademais, não se pode deixar de mencionar, a expansão da oferta de crédito disponibilizada pelo Governo Federal aos contribuintes, nos últimos anos.

¹⁷ O IPCA registrou inflação média de 5,66% a/a, no período de 2007 a 2014.

Por conseguinte, os preços relativos dos imóveis tem se mantido em patamares ascendentes, sem precedente na história recente. Diante da valorização do patrimônio das famílias, é razoável supor que a arrecadação avinda da tributação dos ativos das pessoas físicas aumentem na mesma proporção.

Há que se frisar, ainda, que a legislação relativa ao ITD prevê a imputação de alíquotas pré-determinadas, que incidem sobre o valor de mercado dos bens imóveis. Estes, por sua vez, constituem um dos mais valorosos bens ou direitos das famílias, e, portanto, nada mais presumível, que o objeto em questão, impacte sobremaneira o resultado da arrecadação final de ITD, à medida que haja uma valorização deste ativo.

Diante do exposto, observa-se que o ITD, foi alçado a um status de relevância na composição da receita tributária no ERJ. Afirma-se, também, que além da valorização dos imóveis a Administração teve importância nos incrementos fiscalizatórios conquistados, neste período. Entretanto, a correlação entre preço dos imóveis e desempenho da receita do ITD, é essencial para explicar o movimento de alta verificado de 2007 a 2014 no ERJ.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties
Bimestre: R\$ 1.550,46 milhões / - 1,9%
Tabela 16
RECETA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.
Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	1.580,65	1.550,46	-1,9%
Petróleo	1.429,57	1.375,88	-3,8%
Royalties	322,76	411,77	27,6%
Part. Especial	1.106,74	963,48	-12,9%
FEP	0,07	0,62	814,4%
CFT's	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	133,53	126,52	-5,2%
Demais Rec. Patrimoniais	17,55	48,06	173,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

As receitas patrimoniais, no primeiro bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 1.550,46 milhões, o que representa uma variação negativa de 1,9% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 3,8% abaixo do valor de 2014.

- Petróleo: as receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.375,88 milhões no primeiro bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 3,8% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu somente na receita de participações especiais, que caíram 12,9% (- R\$ 143,25 milhões), dado o aumento dos gastos dedutíveis das receitas a serem distribuídas aos entes, realizando R\$ 963,48 milhões. Já as receitas de Royalties realizaram R\$ 411,77 milhões no bimestre (+ 27,6%). A variação positiva da receita de royalties se deve, basicamente, ao aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, foi de 15,51 milhões de m³, ocasionando uma variação positiva de 12,7% frente a 2014. O *brent* e a *taxa de câmbio*, são os outros dois indicadores que influenciam na arrecadação do petróleo. O *brent* apresentou variação negativa de 35,1%, enquanto a *taxa de câmbio* apresentou acréscimo de 11,4% no período, conforme tabela abaixo. Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,5% da produção total brasileira.

A produção de petróleo, no primeiro bimestre de 2015, correspondeu a 67,5% da produção total brasileira.

Tabela 17
Participação Governamental do Petróleo

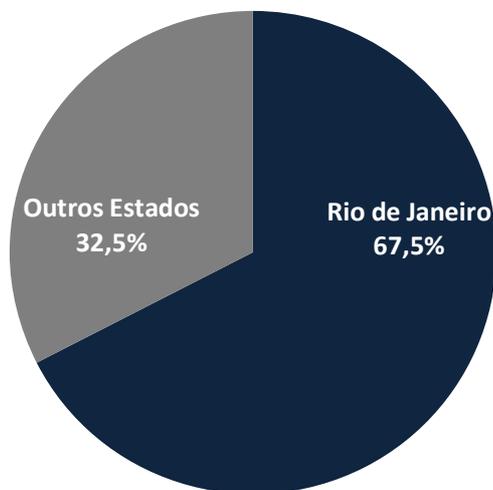
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %
	2013	2014	
Produção (milhões de m³)	14,56	15,67	7,7%
Brent (US\$)	109,27	70,89	-35,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,32	2,59	11,4%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio combustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 6º bimestre de 2014.

Gráfico 7

Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
Janeiro a Fevereiro/2015



Fonte: ANP
www.anp.gov.br



- **Aplicações Financeiras:** no primeiro bimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras sofreram uma variação negativa de 5,2% (- R\$ 7,01 milhões) e realizaram R\$ 126,52 milhões. As receitas que sofreram reduções mais significativas foram Remuneração de Depósitos Bancários da Conta Centralizadora e Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos não Vinculados com queda conjunta próxima a R\$ 15,00 milhões

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 670,43 milhões / - 22,8%

Tabela 18

DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	868,34	670,43	-22,8%
Receita de Contribuições	246,08	281,72	14,5%
Receita Agropecuária	0,01	0,00	-29,2%
Receita Industrial	31,78	28,85	-9,2%
Receita de Serviços	73,22	57,35	-21,7%
Multas e Juros de Mora	83,48	94,93	13,7%
Indenizações e Restituições	50,83	21,95	-56,8%
Dívida Ativa	106,14	25,19	-76,3%
Receitas Diversas	276,80	160,44	-42,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um decréscimo de 22,8%, (- R\$ 192,92 milhões) no 1º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 670,43 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, principalmente, pela queda nas arrecadações de Receitas Diversas (- R\$ 116,36 milhões; - 42,0%), influenciada pela redução das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013¹⁸ (- R\$ 151,94 milhões), seguida da receita de Dívida Ativa (- R\$ 80,95 milhões; - 76,3%), da Receita de Indenizações e Restituições (- R\$ 28,88 milhões; - 56,8%), da Receita de Serviços (- R\$ 15,87 milhões; - 21,7%) e da Receita Industrial (- R\$ 2,93 milhões; - 9,2%).

As Receitas de Contribuições e de Multas e Juros de Mora amortizaram a queda no resultado geral das Demais Receitas Correntes com acréscimos de R\$ 35,63 milhões (+ 14,5%) e R\$ 11,45 milhões (+ 13,7%), respectivamente.

¹⁸ **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

– **Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 35,63 milhões (+ 14,5%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 281,72 milhões no 1º bimestre de 2015. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuição de Servidor Inativo Civil e a Contribuição Pensionista Civil que, juntas, superaram em aproximadamente R\$ 60,91 milhões a arrecadação do mesmo período em 2014. Já as Contribuições do Servidor Ativo Civil, Outras Contribuições Previdenciárias e Pagamento de Sentenças Judiciais referentes a Contribuições de Servidores Inativos Civis figuram como os principais componentes que atenuaram o resultado apresentando, em conjunto, decréscimo de R\$ 33,34 milhões.

– **Receita de Serviços:** apresentou decréscimo de R\$ 15,97 milhões (- 21,27%), totalizando R\$ 57,35 milhões. Dentre os serviços que mais afetaram negativamente o resultado, em relação ao primeiro bimestre de 2014, temos os Serviços de Processamento de Dados que apresentaram queda de R\$ 7,90 milhões e os Serviços Hospitalares que apresentaram queda de R\$ 15,02 milhões

– **Indenizações e Restituições:** apresentou decréscimo de R\$ 28,88 milhões (- 56,8%) em relação ao 1º bimestre de 2014, totalizando R\$ 21,95 milhões. Esse resultado deve-se, em parte, ao decréscimo da receita oriunda de Restituições de Convênios relacionados ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (- R\$ 11,25 milhões), além de Outras Restituições.

– **Receita Industrial:** apresentou um decréscimo de R\$ 2,93 milhões (- 9,2%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total de R\$ 28,85 milhões. Tal decréscimo deve-se à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou uma variação negativa, influenciada pela redução na receita originada pelo Instituto Vital Brazil (- R\$ 2,89 milhões) em relação ao 1º bimestre de 2014.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um acréscimo de 13,7% (+ R\$ 11,45 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e

Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 94,93 milhões arrecadados. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo de Multas e Juros de Mora relativas ao ICMS e, em menor intensidade, pela arrecadação de Multas Previstas na Legislação de Trânsito. Os dois grupos apresentaram, em conjunto, uma variação positiva de R\$ 16,58 milhões.

Por outro lado, a receita de Dívida Ativa apresentou decréscimo (-76,3%; - R\$ 80,95 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2014, alcançando R\$ 25,19 milhões, em grande parte pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS. Arrecadação atípica em 2014 influenciou esse desequilíbrio.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 1.096,29 mil / -8,0%

Tabela 19

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.191,74	1.096,29	-8,0%
Transf da União	650,94	628,56	-3,4%
FPE	241,32	239,89	-0,6%
IPI exp	130,03	141,61	8,9%
IOF	0,01	0,01	-6,4%
CIDE	5,92	0,40	0,0%
SUS	142,72	108,40	-24,0%
Salário Educação	66,92	131,12	95,9%
Lei Kandir	14,30	0,00	-100,0%
Outras Transf. da União	49,73	7,13	-85,7%
FUNDEB	501,80	458,94	-8,5%
Convênios	39,00	8,78	-77,5%
Outras Transf. Corr.	0,00	0,01	202,2%

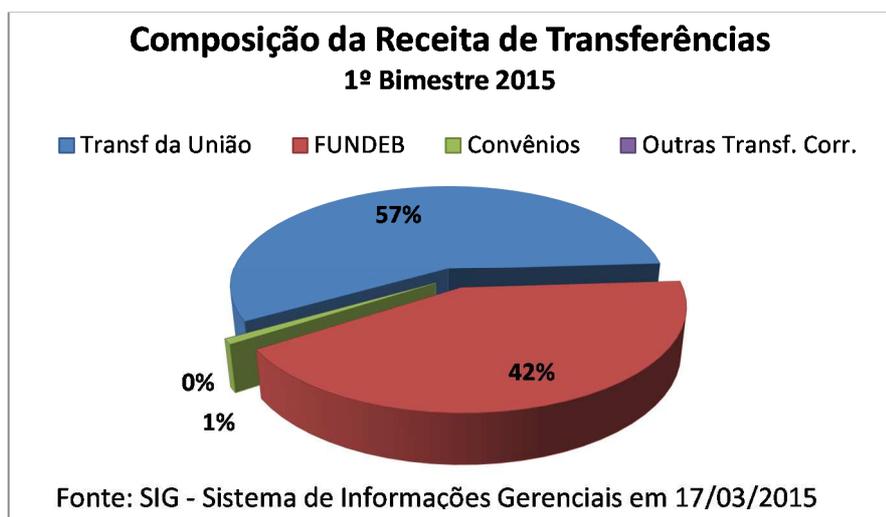
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

As Receitas de Transferências apresentaram, no primeiro bimestre de 2015, decréscimo de 8,0% (- R\$ 95,45 milhões) se comparado ao mesmo período de 2014. Tal resultado é demonstrado no desempenho negativo de grande parte das receitas recebidas de outros entes.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 57,3% do total das Receitas de Transferências neste 1º bimestre de 2015. O desempenho demonstrado pelo IPI-Exportação e pelo repasse do Salário Educação não foi suficiente para fazer frente à queda apresentada nas Receitas de Transferências. Dentre as Transferências da União destacam-se negativamente os repasses ao SUS, Lei Kandir e Outras Transferências da União, juntas representando perda de R\$ 91,22 milhões, em comparação ao primeiro bimestre de 2014. Tal assunto será abordado em item específico.

Cabe destacar que as receitas do FUNDEB e de Convênios apresentaram significativa redução, representando - 8,5% (- R\$ 42,86 milhões) e - 77,5% (-R\$ 30,22 milhões), respectivamente, no bimestre. As explicações para tais resultados serão abordados separadamente nesse boletim.

Gráfico 8



IV.1.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo sofreu redução de 3,4% (-R\$ 22,38 milhões), em relação ao mesmo bimestre de 2014. No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao IPI-Exp., Salário Educação, Lei Kandir, SUS e Outras Transferências da União merecem destaque.

A recomposição da alíquota do IPI incidente sobre o setor de móveis e linha branca combinado ao reajuste na tabela de incidência do IPI Fumo justificam o resultado positivo do IPI-Exportação no bimestre.

-IPI-EXP¹⁹: A Constituição Federal determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídos para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos são divulgados através do portal do

¹⁹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro e fevereiro de 2014. Receita Federal.

TCU, em
<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferecias>.

No primeiro bimestre de 2015, esse repasse apresentou crescimento de 8,9% (+R\$ 11,59 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do fim das desonerações do IPI, que teve suas alíquotas restabelecidas para automóveis, móveis e eletrodomésticos da linha branca a partir de 01/01/2015 (conforme Decreto 8.280/2014), além do reajuste na tabela de incidência do IPI-Fumo a partir de janeiro de 2015 (Decreto 7.593/2011).

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** O Repasse de Salário Educação feito pela União é realizado com base em Coeficientes de Distribuição divulgados no site do FNDE. Os coeficientes são calculados levando em consideração dados do Censo Escolar para o exercício corrente e a arrecadação de recursos ocorrida no ano anterior.

Os valores arrecadados no primeiro bimestre de 2015 atingiram R\$131,12 milhões, o que representa um aumento de R\$64,20 milhões (+95,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado refere-se a ausência de repasse da transferência no mês de fevereiro de 2014, porém, regularizado o fluxo nos meses seguintes.

– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. Devido a atrasos na aprovação do orçamento de 2015 da União, o montante referente ao primeiro bimestre não foi repassado aos Estados no primeiro bimestre. Conseqüentemente, essa transferência apresentou redução de 100% (-R\$14,30 milhões) no primeiro bimestre de 2015, em comparação a janeiro e fevereiro de 2014.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do

SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²⁰ fixo²¹ e PAB variável²²) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Os repasses referentes ao SUS apresentaram decréscimo de R\$ 34,32 milhões (-24,0%). A queda concentrou-se no Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) e Demais Transferências da União.

Com arrecadação R\$ 42,60 milhões menor do que a apresentada no primeiro bimestre de 2014, esta receita demonstra redução de 85,7% neste período. O resultado negativo justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 paga em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões, e não recebida no mesmo período em 2015, o que acaba por distorcer a base de comparação de 2015.

IV.1.3.3 Demais Transferências

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

As receitas oriundas do FUNDEB evidenciam decréscimo de R\$42,86 milhões nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, se comparado ao mesmo período do ano anterior. A redução de 8,5% refere-se, em

²⁰ PAB: Piso de Atenção Básica.

²¹ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²² Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas treze parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de dezembro.

grande parte, à queda na participação do ICMS nas receitas do fundo.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios apresentaram nesse bimestre redução de R\$30,22 milhões (-77,5%) em relação ao mesmo período de 2014. Repasses realizados no mesmo período do ano anterior e não reproduzidos em 2015, indicam redução de aproximadamente R\$ 33,50 milhões na receita de convênios. Destes, os mais significativos foram os recursos do Fundo Nacional de Saúde, os da Caixa Econômica Federal, do Inmetro e do Ministério das Comunicações.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 259,74 mil / -79,6%

Tabela 20

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

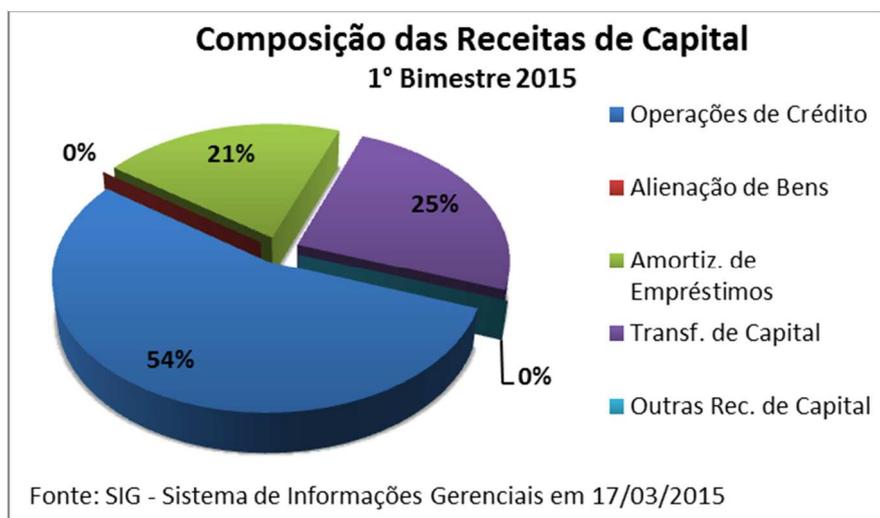
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	1.270,82	259,74	-79,6%
Operações de Crédito	1.172,82	141,41	-87,9%
Alienação de Bens	0,00	0,01	0,0%
Amortiz. de Empréstimos	43,66	53,90	23,4%
Transf. de Capital	54,34	64,43	18,6%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/03/2015.

As Receitas de Capital apresentaram redução expressiva de 79,6% (-R\$ 1.011,08 milhões) nesse bimestre, em relação ao mesmo período de 2014. Tal fato decorreu da acentuada redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 1.031,41 milhões.

A redução das receitas de operações de crédito está associada ao ajuste fiscal implementado no ERJ.

Gráfico 9



Na Receita de Operações de Crédito, a redução de 87,9% justifica-se pela não realização de receitas - nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, no financiamento do Programa Fase II da Linha 4 do Metrô pelo BNDES - no primeiro bimestre de 2015, como ocorrido em 2014.

Por outro lado, as Transferências de Capital apresentaram crescimento de 18,6% (+R\$ 10,09 milhões) no bimestre. O aumento concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC. Apenas essa conta representou 94,7% do total das receitas de transferência de Capital.

As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 23,4% (+ R\$ 10,23 milhões) no bimestre. Este aumento significativo justifica-se na conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREM-F) que estava zerada no primeiro bimestre de 2014 e alcançou o valor de R\$ 21,96 milhões em 2015. Anteriormente, os recursos do FREM-F eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010. A partir de novembro de 2014, este procedimento foi alterado e, novamente, o FREM-F passou a comportar suas próprias receitas.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Tabela 21 – Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A FEV							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.381	1.539	66.842	11.971	9.839
	DESPESA INTRA	2.977	2.950	13	2.937	913	812
	DESPESA TOTAL	70.559	71.331	1.552	69.778	12.884	10.651
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	72.226	9.178	63.048	9.856	8.463
	DESPESA INTRA	3.855	3.856	95	3.762	1.329	1.268
	DESPESA TOTAL	75.350	76.083	9.273	66.810	11.186	9.730
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	5.935	0	5.935	3.104	791
	DESPESA INTRA	587	595	0	595	321	230
	DESPESA TOTAL	6.530	6.530	0	6.530	3.425	1.021
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.843	0	6.843	2.597	862
	DESPESA INTRA	608	608	0	608	218	174
	DESPESA TOTAL	7.451	7.451	0	7.451	2.815	1.036
2014	FUNDEB (Conta redutora)						1.066
2015	FUNDEB (Conta redutora)						996

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

A Tabela 21 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo. Inicialmente, na Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo dispunha de R\$ 75,35 bilhões. Ao final do 1º bimestre, após as alterações orçamentárias decorrentes basicamente de superávit apurados ao final do exercício de 2014, a dotação alcançou R\$ 76,08 bilhões. Deste valor permanecem contingenciados R\$ 9,27 bilhões (11,1%) de acordo com a expectativa de receita para 2015. Os valores de despesas empenhadas alcançaram R\$ 11,19 bilhões, 16,74% do orçamento disponível. As despesas liquidadas atingiram o montante de R\$ 9,73 bilhões.

Para os demais Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 7,45 bilhões. Uma boa parte do orçamento já foi empenhado, R\$ 2,82 bilhões (37,78%) e R\$ 1,04 bilhão liquidados.

O valor liquidado do FUNDEB sofreu decréscimo em comparação ao exercício anterior, reflexo da menor arrecadação neste início do ano, que é base de cálculo para o repasse ao FUNDEB.

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 22 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado; incrementos financiados essencialmente, por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos.

Até o primeiro bimestre, R\$ 732 milhões foram integrados ao orçamento por meio de créditos adicionais decorrente de superávits. Os acréscimos no Tesouro alcançaram R\$ 712 milhões, basicamente provenientes de Operações de Crédito. O aumento nas Demais Fontes atingiu o valor de R\$ 21 milhões, dos quais R\$ 5 milhões de convênios e R\$ 10 milhões de fonte arrecadação própria.

Numa análise por função governamental, conforme demonstrado na Tabela 23 ao lado, o maior valor de incremento orçamentário encontra-se na Função Transporte, contemplado com superávit de operação de crédito no valor de R\$ 710 milhões destinados às obras da Linha 4 do Metrô.

Logo em seguida, aparece a Função Saneamento com R\$ 43 milhões (Operações de Crédito) suplementados nas ações: “Recuperação do Complexo Lagunar da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá”; “Abastecimento de Água – PAC”; e “Esgotamento Sanitário – PAC”.

A Função Saúde teve acréscimo de R\$ 27 milhões, sendo R\$ 18 milhões por meio de Operações de Crédito, e R\$ 9 milhões por meio de Outras Fontes. Esse incremento ajustou orçamentariamente diversas ações, principalmente as relacionadas com pagamento de pessoal e investimentos.

Tabela 22 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A FEV 2015			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	57.174	712	57.885
OP. CRÉDITO	6.143	710	6.853
DEMAIS FONTES	25.628	21	25.649
CONVÊNIOS	4.432	5	4.436
OUTRAS	21.196	16	21.212
TOTAL	82.801	732	83.534

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Tabela 23 – Alterações por Função

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A FEV 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Transporte	Operações de Crédito	708
	Arrecadação Própria	2
Saneamento	Operações de Crédito	43
Saúde	Operações de Crédito	18
	Demais Fontes	9
SUBTOTAL		780
OUTRAS DEMANDAS		-48
TOTAL		732

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

É sabido que a execução orçamentária nos dois primeiros meses do ano ainda é bastante incipiente. Além disso, em virtude da atual situação financeira, visando preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro, o Governo do Estado, adotou uma posição conservadora fixando um contingenciamento de 11,6% do orçamento do Executivo (R\$ 9,17 bilhões), ou seja, as dotações previstas em Lei Orçamentária não estão totalmente disponíveis para execução, até que se confirme a expectativa de receita constante na LOA. Sendo assim, observa-se um comprometimento menor das dotações orçamentárias, neste primeiro bimestre de 2015. Um decréscimo de R\$ 1,61 bilhão no total da despesa realizada com recursos do Tesouro, ou seja -20,9%, quando se compara o mesmo período em 2014.

Ainda assim, os Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) continuam sendo responsáveis por grande parte da realização da despesa (R\$ 4,0 bilhões); seguido dos Royalties e Participação Especial do Petróleo (FR 04) (R\$ 1,02 bilhão); e finalmente, dos recursos de Operações de Crédito (FR 11) com R\$ 679 milhões.

As despesas financiadas por recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram R\$ 3,23 bilhões, demonstrando um crescimento de 10,3% (+R\$ 301,39 milhões) ante 2014.

Do montante realizado, R\$ 2,66 bilhões foram contabilizados com recursos de Arrecadação Própria da Administração Indireta (FR 10), responsável por 82,2% do total da despesa realizada em 2015. Os recursos do FUNDEB (FR 15) também apresentaram expressivo destaque: R\$ 452,70 milhões aplicados na Rede Estadual de Ensino.

A Tabela 24, o Gráfico 10 e Gráfico 11 demonstram a participação dessas fontes de recursos.

Tabela 24 – Despesas por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - FEV		Variação %
	2014	2015	
RECURSOS DO TESOURO	7.698	6.091	-20,9%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	5.628	4.008	-28,8%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	2		-89,1%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.304	1.020	-21,8%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	10	7	-26,9%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	48	187	286,7%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	33	1	-97,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	437	679	55,1%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	227	190	-16,2%
DEMAIS FONTES*	7		-95,3%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	2.932	3.233	10,3%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	2.302	2.657	15,4%
CONVÊNIOS**	61	10	-83,6%
FUNDEB (FR 15)	414	453	9,5%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	56	15	-73,1%
DEMAIS FONTES***	100	99	-0,6%
TOTAL	10.630	9.325	-12,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

Gráfico 10 – Recursos do Tesouro

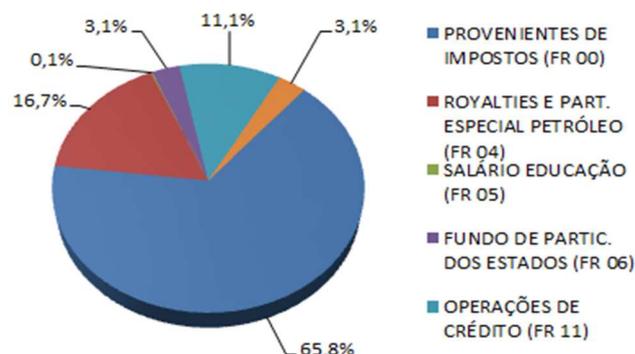
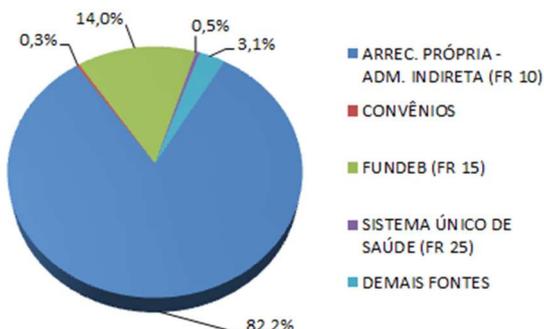


Gráfico 11 – Demais Fontes



V.IV Despesas por Grupo

Este item evidencia a despesa pela ótica da categoria econômica e do Grupo de Despesa, dando maior transparência às ações do governo. A Tabela 25 apresenta os dados das despesas por grupo – distribuindo-os entre custeio e capital -, apurados neste 1º bimestre, comparados a 2014.

Tabela 25 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JAN A FEV		
		2014	2015	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.736	3.125	14,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.057	2.372	15,3%
	1.2 - OUTROS PODERES	679	754	11,0%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	464	519	11,9%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.462	4.363	-32,5%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.086	930	-14,4%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	975	822	-15,7%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	111	108	-2,8%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.095	2.428	15,9%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	3.280	1.005	-69,4%
3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.200	1.005	-16,3%	
3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	2.080	2.049	-1,5%	
TOTAL CORRENTE		9.661	8.007	-17,1%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	483	702	45,3%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	482	702	45,5%
	4.2 - OUTROS PODERES	1		-67,9%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS			
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	11	1	-90,0%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	474	614	29,5%
TOTAL CAPITAL		968	1.318	36,1%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		10.630	9.325	-12,3%
Despesas Intraorçamentárias		1.042	1.442	38,4%
TOTAL GERAL		11.672	10.767	-7,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 18/03/2015

*2015, o cálculo de transferência ao município passou a ser feito por meio de contas redutoras.

- Despesas Corrente Total:
Bimestre 2014: R\$ 9,61 bilhões
Bimestre 2015: R\$ 8,00 bilhões

- Despesas de Capital Total:
Bimestre 2014: R\$ 968 milhões
Bimestre 2015: R\$ 1,32 bilhão

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, constituída pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – sendo esta composta pelos gastos com inativos/ pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e o custeio da máquina – corresponderam 85,9% (R\$ 8,01 bilhões) do total liquidado no exercício. Já as Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) requereram R\$ 1,32 bilhão (14,1% do total liquidado). Cabe destacar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas dessa análise.

Detalhando a análise, a despesa liquidada com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 15,9% no acumulado (+R\$ 333,26 milhões), reflexo dos reajustes parcelados concedidos em meados de 2014 principalmente nas áreas da segurança e educação, conforme se pode observar na Tabela 26 ao lado.

As despesas com as Transferências Obrigatórias requereram no período R\$ 1 bilhão, porém quando comparado a 2014 sofreu queda de 69,4%. A Indenização com a União oriunda dos Royalties apresentou retração de 16,3%, enquanto os repasses assegurados constitucionalmente aos Municípios reduziram em 1,5%. Estas passaram no exercício de 2015 a ser contabilizadas por meio de conta redutora da receita, implicando em não ser mais apurada nas despesas do Estado (Tabela 25 acima). A redução dessas despesas pode ser justificada pelo comportamento mais modesto da arrecadação no início deste ano.

Nas Despesas de Custeio, foram aplicados R\$ 930 milhões no bimestre (-14,4%, ou seja, -R\$ 156,18 milhões). Esses gastos são provenientes das despesas com manutenção dos órgãos e com principais programas estratégicos de Governo. A despesa menor em custeio já reflete o esforço de todas as áreas do Estado para cumprir o Decreto nº 45.109 de 8 de janeiro de 2015 que determina uma redução de pelo menos 20% em todos os contratos vigentes.

Em relação ao nível de Investimentos realizados neste 1º bimestre de 2015, foram liquidados R\$ 702,04 milhões. O crescimento de 45,3% (R\$ 218,84 milhões) foi aplicado basicamente em obras de implantação de novas linhas metroviárias (R\$ 617,48) e na Urbanização do Complexo do Alemão no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

Nos próximos tópicos serão expostos os gastos, as variações e as justificativas ocorridas separadamente em cada grupo de despesa.

➤ Despesas de pessoal

A Tabela 27 examina as despesas com pessoal ativo pelas áreas que concentram os maiores dispêndios. Foram liquidados R\$ 3,13 bilhões, variação positiva de 14,2%, ou seja, +R\$ 389,20 milhões quando comparado ao mesmo período de 2014. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias de R\$ 1,37 bilhão, o montante alcança o patamar de R\$ 4,50 bilhões. O incremento de

Tabela 26 - Detalhamento das Despesas com Inativos e Pensionistas

Projeto e Atividade	2014	2015	Var %
Encargos com Inativos - Área de Seg Pública	549.926.161	661.551.217	20,3%
Encargos c/Pensões e Benef Previdenciários	485.507.812	569.853.414	17,4%
Encargos com Inativos - Área de Educação	461.762.195	520.349.105	12,7%
Encargos c/Inativos-Demais Áreas	218.827.775	249.720.804	14,1%
Encargos com Inativos - TJ	209.184.077	240.002.122	14,7%
Encargos com Inativos - TCE-RJ	50.373.788	57.325.091	13,8%
Encargos com Inativos - MP	50.136.424	47.949.967	-4,4%
Encargos com Inativos - ALERJ	42.295.688	46.620.515	10,2%
Encargos com Inativos - Área de Saúde	19.392.758	24.743.466	27,6%
Encargos com Inativos - Área de Saneamento	5.873.153	8.066.955	37,4%
Pagamento de Benefícios Assistenciais	1.903.845	2.015.558	5,9%
Pessoal e Encargos Sociais	28.952	270.738	835,1%
Total Geral	2.095.212.627	2.428.468.951	15,9%

Tabela 27 - Despesas de Pessoal - Principais Áreas

ÓRGÃO	JAN A FEV		VARIACÃO
	2014	2015	%
Segurança Pública	660	765	15,9%
Educação	426	472	11,0%
Ciência e Tecnologia	171	227	32,9%
Defesa Civil	176	220	25,0%
Saúde	158	163	3,0%
DEMAIS ÁREAS	1.145	1.277	11,6%
SUBTOTAL	2.736	3.125	14,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	902	1.373	52,2%
TOTAL GERAL	3.638	4.499	23,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

52,2% das despesas intraorçamentárias no acumulado do período é reflexo dos gastos com obrigações patronais a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

As áreas prioritárias de governo que apresentaram maior dispêndio foram: Segurança Pública / Defesa Civil, Educação e Ciência e Tecnologia. Estas áreas foram responsáveis por significativa variação neste 1º bimestre (+17,5%; +R\$ 251,98 milhões), totalizando, juntos, uma despesa de R\$ 1,68 bilhão (53,9% do total gasto pelo Estado quando não contabilizadas as intraorçamentárias).

A elevação das despesas na área da Segurança (15,9%; +R\$ 104,96 milhões) e na Defesa Civil (25,0%; +R\$ 44,2 milhões) é oriunda, em parte, da concessão do auxílio moradia (estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012) e do reajuste de 11,8% do soldo a partir de fevereiro. Juntos, esses benefícios resultaram numa ampliação, frente a 2014, de 19,2% (+R\$ 37,02 milhões), conforme detalhado na Tabela 28.

Contribui também para a elevação dos gastos de pessoal na área da Segurança, a concessão de gratificações através: do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) - que permite aos policiais militares a possibilidade de trabalhar em prefeituras, concessionárias de serviço público e órgãos de administração direta durante seu horário de folga; e do Regime Adicional de Serviços (RAS) – auxílio disponibilizado aos servidores da SESEG, CBMERJ e SEAP, em razão da prestação de serviços em programas específicos. E por fim, das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) - gratificação concedida aos policiais que desempenham suas funções e cumprem as metas na nova divisão geográfica.

Na área da Educação foi executado neste 1º bimestre R\$ 472,35 milhões, um aumento de 11,0% (+46,78 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, reflexo do reajuste salarial de 9% concedido aos servidores da educação e do reajuste de benefícios que complementam a folha de pagamento, tais como, auxílio transporte (+25%), auxílio qualificação, gratificação de difícil provimento (+10%) e gratificação de agente de pessoal.

Na área de Ciência e Tecnologia (Tabela 29), foram gastos no bimestre R\$ 227,08 milhões (+32,9%, ou seja, +R\$ 56,21 milhões), dos quais R\$103,17 milhões foram liquidados pela FAETEC, pelo ingresso de 1.340 novos professores efetivos e 309 servidores de apoio e pela aprovação do novo plano de cargos e salários (Lei nº 6.720 de 24 de Março de 2014). Outros R\$ 100,66 milhões foram

Tabela 28 - Principais Gratificações nas áreas da Segurança e Defesa Civil

Detalhamento da Despesa	JAN - FEV		Variação %
	2013	2014	
Soldo	100.827.485	120.003.895	19,02%
Auxílio Moradia	93.794.757	111.638.495	19,02%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Tabela 29 – Detalhamento das despesas da área Ciência e Tecnologia

Unidade Orçamentária	2014	2015	Var %	Diferença
FAETEC	71.906.859	103.169.870	43,5%	31.263.010
UERJ	77.592.697	100.663.763	29,7%	23.071.066
UENF	13.471.498	14.079.542	4,5%	608.044
CECIERJ	2.054.671	2.987.191	45,4%	932.520
UEZO	2.615.148	2.313.207	-11,5%	-301.941
FENORTE	1.186.304	1.491.754	25,7%	305.450
SECT	1.230.313	1.297.913	5,5%	67.601
FAPERJ	815.686	1.076.768	32,0%	261.082
Total Geral	170.873.176	227.080.008	32,9%	56.206.832

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

liquidados pela UERJ. O crescimento do dispêndio neste órgão foi de 29,7% (+R\$ 23,07) justificado pelo novo plano de Regime de Trabalho com Dedicção Exclusiva do corpo docente do quadro permanente, constituído pela Lei nº 6.328/2014, e pela reestruturação do plano de cargos e salários dos servidores técnico-administrativos, estabelecido pela Lei nº 6.701/2014.

A pequena variação positiva verificada na área da Saúde está sustentada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – realizado através de Organizações Sociais (O.S) que passou a administrar a gestão de pessoal - despesa incluída no valor dos contratos firmados com o Estado.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 1,28 bilhão, com crescimento de 11,6% (+R\$ 132,40 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014, e justificado pelo aumento dos vencimentos do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembléia Legislativa, que juntos correspondem a 52,6% do total liquidado.

➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 30 a seguir compara os custos de manutenção do Estado no 1º bimestre nos anos de 2014 e 2015. A despesa executada até o momento de R\$ 929,93 milhões agrupa as principais ações de áreas finalísticas, o custeio dos demais Poderes e do Executivo. Acrescenta-se a este valor o gasto com inativos e pensionistas, o valor transferido aos municípios e as despesas intra-orçamentárias, totalizando R\$4,43 bilhões em Outras Despesas Correntes. Quando comparadas ao mesmo período de 2014, diminuíram 32,9% (-R\$ 2,17 bilhões).

Tabela 30 - Outras Despesas Correntes

AÇÕES	JAN - FEV		Variação %
	2014	2015	
Demais Poderes	111.474	108.374	-2,8%
Principais Ações de Saúde *	102.666	77.946	-24,1%
Bilhete Único	87.490	84.033	-4,0%
Renda Melhor + Aluguel Social	51.932	53.397	2,8%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	6.376	14.054	120,4%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	14.329	14.467	1,0%
Nutrição Escolar	7.759	13.348	72,0%
Demais Desp. Custeio	704.087	564.309	-19,9%
Subtotal CUSTEIO	1.086.113	929.928	-14,4%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.095.213	2.428.469	15,9%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	3.280.456	1.004.631	-69,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	139.579	68.575	-50,9%
TOTAL	6.601.361	4.431.603	-32,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado.

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 77,95 milhões, redução de 24,1% em decorrência do ajuste das despesas ao fluxo financeiro do Tesouro Estadual.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 84,03 milhões, diminuição de 4% (-R\$ 3,46 milhões) em relação ao 1º bimestre de 2014.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílios financeiros à população economicamente menos favorecida, demonstrados acima, liquidaram em 2015 R\$ 53,4 milhões; R\$ 1,44 milhão a mais do que em 2014 (+2,8%), em decorrência do aumento do número de beneficiados.

Merece atenção o programa de Alimentação dos Apenados e Custodiados. Esta ação representou 86,4% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária do período, com aumento de R\$ 7,68 milhões em 2015, quando comparado a 2014, em consequência do reajuste dos contratos firmados.

O programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes apresentou um aumento de apenas 1% (+R\$ 137,7 mil) nas despesas do 1º bimestre, representando 78,8% das despesas liquidadas da FAPERJ.

Na comparação do 1º bimestre, o programa de Nutrição Escolar apresenta uma variação de 72% (R\$ 5,59 milhões), sendo este o maior gasto em outras despesas correntes da função educação.

Até o 1º Bimestre de 2015, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 4,43 bilhões: uma redução de R\$ 2,17 bilhões (-32,9%) frente ao apurado no mesmo período de 2014.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 31 mostra as principais execuções de Investimentos e Inversões Financeiras do Estado.

Tabela 31 - Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A FEV		Variação (%)
	2014	2015	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	408.300	671.549	64,5%
Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ		13.507	-
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	5.147	4.268	-17,1%
Abastecimento de Água - PAC	5.194	2.158	-58,5%
Ampliação da Frota do CBMERJ		1.875	
SUBTOTAL	418.641	693.357	65,6%
DEMAIS AÇÕES	75	10	-87,0%
TOTAL	493.896	703.112	42,4%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Implantação de Novas Linhas Metroviárias representou 95,51% de todos os investimentos e inversões financeiras do Estado, executando R\$ 671,55 milhões (+64,5%).

Depois de concluir a instalação de trilhos no maior bitúnel entre estações de metrô do mundo, no trecho entre a Barra e São Conrado, a Linha 4 começa a posicionar os dormentes e soldar os trilhos no túnel que seguirá de São Conrado para o Leblon. Já são 9.602 metros de trilhos instalados em todo o túnel. Os cinco mil metros da via permanente – por onde os trens vão passar – estão completos: com passarelas de emergência, eletrocalhas e câmeras de segurança. A Linha 4 vai ligar a Barra à Ipanema, em apenas 13 minutos. Da Barra ao Centro, o trajeto previsto é de 34 minutos.

Na Urbanização do Complexo do Alemão-PAC-RJ foi gasto R\$13,51 milhões como contrapartida no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida.

Em Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios foram executados R\$ 4,27 milhões (-17,1%) como repasse para as prefeituras de Petrópolis (R\$ 2,04 milhões), Piraí (R\$ 232,97 mil) e Rio Bonito (R\$ 2 milhões), todas no âmbito do Programa Somando Forças.

A ação Abastecimento de Água – PAC, que executou diversas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água na Zona Oeste e em São Gonçalo, liquidou R\$ 2,16 milhões.

Por sua vez, a Ampliação da Frota do CBMERJ gastou R\$ 1,88 milhão a fim de adquirir um veículo de Socorro.

Durante o primeiro bimestre foram liquidados R\$ 703 milhões (+42,4%) em Investimentos e Inversões Financeiras. A implantação de Novas Linhas Metroviárias foi a ação com maior valor, R\$ 672 milhões.



V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²³, FECAM²⁴ e FEHIS²⁵.

A Tabela 32 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais, com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas neste primeiro bimestre de 2015.

A apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira para o cumprimento dos percentuais constitucionais e legais.

De um modo geral, a execução orçamentária no início do ano ocorre em ritmo lento e isso resulta na verificação de índices mais baixos no período. Pela tabela ao lado nota-se que apenas o índice da Educação apresentou uma liquidação compatível com a receita arrecadada no período, superando o mínimo a ser aplicado e alcançando os 30%.

Outro ponto importante é notar que as receitas bases para os cálculos dos índices apresentaram redução se comparadas aos valores verificados em 2014. O baixo ritmo de crescimento econômico do país, de maneira geral, vem afetando diretamente a arrecadação estadual.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das

Tabela 32 – Execução dos Índices

R\$ Milhares

PERÍODO	EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS		Variação %
	2014	JAN - FEV 2015	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	6.133.909	5.753.205	-6,2%
DESPESA LIQUIDADADA	1.433.667	1.726.455	20,4%
FUNDEB	1.065.896	995.407	-6,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	1.533.477	1.438.301	-6,2%
% ÍNDICE	23,4%	30,0%	6,64%
SAÚDE			
RECEITA BASE	6.081.364	5.687.818	-6,5%
DESPESA LIQUIDADADA*	320.507	306.143	-4,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	729.764	682.538	-6,5%
% ÍNDICE	5,3%	5,4%	0,1%
FAPERJ			
RECEITA BASE	3.603.767	3.368.880	-6,5%
DESPESA LIQUIDADADA	37.293	21.579	-42,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	72.075	67.378	-6,5%
% ÍNDICE	1,0%	0,6%	-0,4%
FECAM			
RECEITA BASE	1.350.705	1.317.624	-2,4%
DESPESA LIQUIDADADA**	4.677	1.761	-62,4%
MÍNIMO A SER APLICADO	67.535	65.881	-2,4%
% ÍNDICE	0,3%	0,1%	-0,2%
FEHIS			
RECEITA BASE	509.326	496.099	-2,6%
DESPESA LIQUIDADADA	14.077	24.764	75,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	50.933	49.610	-2,6%
% ÍNDICE	2,8%	5,0%	2,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

²³ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁴ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁵ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com Ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o percentual mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

O Índice Educação atingiu uma aplicação de 30% da receita base de cálculo, contabilizando a aplicação na função neste 1º bimestre. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 1,72 bilhão, um aumento de 20,4% (+R\$ 292,98 milhões). A Tabela 33 detalha a aplicação dos gastos na Função por Grupo de Despesa.

Neste 1º bimestre, observa-se uma pequena desaceleração nas despesas aplicadas em Outras Despesas Correntes (variação negativa de 7,5%; -R\$ 83,77 milhões), em decorrência ao atendimento ao decreto do Governo do Estado, de 06 de janeiro de 2015, para que os órgãos adotassem medidas de contenção de despesas e otimização dos gastos públicos. Este grupo de despesa engloba o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõe o índice e as transferências ao FUNDEB.

O FUNDEB, mesmo com pequena variação negativa 6,6% (-R\$ 70,29 milhões), foi considerado como a maior despesa do grupo com participação de 57,7% do total aplicado na função.

Em relação à despesa de pessoal, verificou-se uma variação positiva de 121,8% (+R\$ 378,40 milhões). O maior volume está concentrado na Secretaria de Educação que realizou a mais neste primeiro bimestre R\$ 273,51 milhões se comparado ao ano de 2014. O acréscimo é decorrente de despesas com Obrigações Patronais, fundamental ao equilíbrio financeiro do RIOPREVIDÊNCIA.

Os benefícios concedidos pela SEEDUC (auxílios transporte e alimentação) foram realizados na FR 15 (FUNDEB). Grande parte das

Tabela 33 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - FEV			
	2014	2015		
Pessoal	310.754	689.161	121,8%	39,9%
Outras Desp. Correntes	1.121.061	1.037.294	-7,5%	60,1%
Custeio*	55.165	41.887	-24,1%	2,4%
FUNDEB*	1.065.896	995.407	-6,6%	57,7%
Investimento/Inversões	1.852		-100,0%	0,0%
RP Cancelado				
TOTAL	1.433.667	1.726.455	20,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

despesas no atendimento e operacionalização de unidades escolares foi executada na FR 05 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice, acarretando valor menor na execução da Fonte Tesouro neste grupo.

A Tabela 34 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 1º bimestre.

Tabela 34 – Distribuição do Índice

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - FEV		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	61.498.220	328.853.255	434,7%	19,0%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	24.329.028	25.664.872	5,5%	1,5%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	149.197.267	192.295.079	28,9%	11,1%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	106.919.663	156.860.284	46,7%	9,1%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	19.224.099	19.347.349	0,6%	1,1%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	2.639.919	3.956.765	49,9%	0,2%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	3.962.919	4.070.463	2,7%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	367.771.116	731.048.067	98,8%	42,3%
FUNDEB**	1.065.896.337	995.406.678	-6,6%	57,7%
RP Cancelado**				
TOTAL DO ÍNDICE	1.433.667.453	1.726.454.745	20,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

Neste início do ano, as Unidades orçamentárias que entram na distribuição do índice apresentaram um desempenho compatível com o período. A Secretaria de Estado de Educação apresentou participação de 19,0 % na composição do índice, com uma execução de R\$ 328,85 milhões (+R\$ 267,35 milhões) neste primeiro bimestre. Deste montante, o expressivo gasto está relacionado à despesa de pessoal alocada em contribuições patronais ao RIOPREVIDÊNCIA.

As despesas liquidadas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registraram um acréscimo de R\$ 43,09 milhões (+28,9%), gasto basicamente com despesa de pessoal. O valor aplicado em custeio, de R\$ 28,04 milhões, está direcionado aos auxílios e serviços prestados por estudantes, auxílio alimentação e descentralização de recursos financeiros para os órgãos integrantes da estrutura da universidade (SIDES).

A participação da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC - contabilizou um acréscimo de 46,7% (+R\$

49,94 milhões) computados em pessoal. A contratação de pessoal terceirizado apresentou montante significativo de R\$ 22,11 em relação ao mesmo período de 2014. O custeio teve a sua despesa reduzida em 58,6%, refletindo na operacionalização das unidades da FAETEC.

o **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A Tabela 35 abaixo apresenta a destinação das Fontes não Tesouro na Função Educação. Receitas responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área.

Neste primeiro bimestre, apresentou uma variação positiva de 9,5% (+R\$ 40,90 milhões).

Tabela 35 – Aplicação na Função Educação

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN -FEV			
	2014	2015		
FUNDEB (FR 15)	413.592.048	452.707.334	9,5%	95,6%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	10.170.480	7.439.693	-26,9%	1,6%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	-	5.915.010		1,2%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	3.535.693	4.014.271	13,5%	0,8%
SUS (FR 25)	3.000.126	1.344.622	-55,2%	0,3%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	-	-		0,0%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	2.123.552	1.902.817	-10,4%	0,4%
CONVÊNIOS INTRAORÇAMENTÁRIO ADM.DIRETA (FR18)	-	-		0,0%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	-	-		0,0%
TOTAL	432.421.900	473.323.747	9,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

No que tange aos recursos do FUNDEB (FR 15), parcela de recursos que retornam ao Estado após contribuição repassada ao Fundo, sua participação alcançou 95,6%. Neste bimestre foram executados R\$ 452,71 milhões, registrando um acréscimo de 9,5% (+R\$39,11 milhões), basicamente destinados ao pagamento da folha de salários e demais benefícios concedidos aos docentes. Os benefícios dos profissionais da área neste início do ano totalizaram R\$ 28,42 milhões, referente aos auxílios transporte e alimentação.

O Salário Educação (FR 05), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios através do FNDE, apresentou uma redução de 26,9% (-R\$ 2,73 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014. Este cenário é o reflexo do início do ano letivo, onde os gastos com a

merenda escolar são reduzidos, e as despesas inerentes ao custeio das atividades relacionadas ao funcionamento das escolas ainda não foram liquidadas até o fechamento do bimestre. Foram desembolsados R\$ 7,43 milhões referente à 1ª parcela do Programa de Alimentação das Escolas Estaduais do ano de 2015.

A FR 24 – Transferências da União - apresentou uma execução de R\$ 5,91 milhões. A despesa liquidada neste 1º bimestre é referente à 10ª parcela do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, que promove o atendimento nutricional aos alunos da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro.

Com recursos diretamente arrecadados (FR 10), o valor liquidado atingiu R\$ 4,01 milhões, uma variação positiva de 13,5% (+R\$ 478,58 mil). Concentrados quase integralmente na UERJ, os recursos são destinados à execução de projetos/obras, serviços administrativos e na ação Integração UERJ/Sociedade.

Os recursos do SUS (FR 25), executados pela UERJ, foram totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

➤ Saúde

No primeiro bimestre de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi menor em 4,5% em relação ao mesmo período do ano passado, -R\$ 14,36 milhões, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN A FEV			
	2014	2015		
Pessoal	187.058.780	210.366.050	12,5%	68,7%
Outras Desp. Correntes	133.442.644	95.776.922	-28,2%	31,3%
Investimento/Inversões	5.424	-	-100,0%	0,0%
Amortização da Dívida	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL	320.506.848	306.142.972	-4,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Destaca-se a significativa participação no grupo de despesa de Pessoal na execução do índice, com 68,7% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um

acréscimo de 12,5% (+R\$ 23,31 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do aumento dos vencimentos do pessoal estatutário do Fundo Estadual de Saúde (+R\$ 27,04 milhões), com consequente acréscimo na gratificação de adicional por tempo de serviço (+R\$ 9 milhões) e na contribuição patronal de pessoal civil (+R\$ 20,44 milhões). Há de se destacar que, em diversas áreas, houve corte de gratificações de pessoal com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ que, neste exercício de 2015, teve uma diminuição considerável de orçamento frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo Outras Despesas Correntes foi constatado uma redução de 28,2% (-R\$ 37,66 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do ritmo de execução orçamentária mais lento nesta época do ano. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o primeiro bimestre será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada – investiu-se R\$ 62,59 milhões totalmente direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 37 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – aplicação de R\$ 6,17 milhões. A Tabela 38 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – despesa realizada de R\$ 4,19 milhões, a saber: R\$ 1,57 milhão na Limpeza e Conservação; R\$ 977,93 mil na Vigilância Ostensiva; R\$ 557,48 mil em Serviços Administrativos; dentre outros gastos de menor vulto.

4- Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas – gastos de R\$ 4,05 milhões sendo: R\$ 3,89 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 30,87 mil com Vale Refeição e Cesta Básica; dentre outras despesas.

Tabela 37 – Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSE PARA AS OS's - 2015		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A FEV
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	3,21
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	4,07
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	9,47
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	5,04
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	11,24
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	9,54
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	6,71
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	2,09
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	2,54
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	4,40
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	4,27
TOTAL REPASSADO		62,59

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

Tabela 38 – UPA's por OS do ERJ em 2015

Em R\$

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS
	JAN A FEV
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	843.822
NOVA IGUAÇU I	848.475
CAXIAS I	895.500
CAXIAS II	895.500
SANTA CRUZ	895.500
MAGÉ	895.500
CAMPO GRANDE I	895.500
TOTAL REPASSADO	6.169.796

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

A Tabela 39 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

Tabela 39 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A FEV		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FES - Fundo Estadual de Saúde	265.384.531	253.837.219	-4,4%	82,9%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	49.289.264	43.194.990	-12,4%	14,1%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	5.787.856	3.841.871	-33,6%	1,3%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	45.196	5.268.892	11557,8%	1,7%
TOTAL DO ÍNDICE	320.506.848	306.142.972	-4,5%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, grande responsável pela execução no período (82,9%, R\$ 253,84 milhões), apresentou uma leve queda (-4,4%, ou seja, -R\$ 11,55 milhões) frente ao executado neste período em 2014, como reflexo do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho dessa unidade orçamentária para a Secretaria de Estado de Saúde - SES. Em consequência dessa transferência, a SES teve um aumento significativo de execução +R\$ 5,22 milhões, apesar de representar somente 1,7% das aplicações do índice.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um decréscimo em relação a 2014: variação negativa de R\$ 6,09 milhões (-12,4%), refletindo o ritmo lento de execução orçamentária neste início de exercício. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram R\$ 1,94 milhão (-33,6%) em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Essa diminuição se refere à baixa arrecadação nesse início de exercício. Sua participação na execução do índice é de 1,3% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados, em sua totalidade, a Pessoal e Encargos Sociais.

➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 40 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 40 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A FEV		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	35.190.962	30.116.570	-14,4%	68,9%
SUS (25)	52.586.604	13.582.373	-74,2%	31,1%
CONVÊNIOS (FR 13)	431.827	-	-100,0%	0,0%
TOTAL	88.209.392	43.698.942	-50,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Neste primeiro bimestre de 2015, as despesas e receitas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período de 2014.

Pelo lado da receita, a queda da arrecadação foi de 32,81% (-R\$ 54,71 milhões). Em 2014, a arrecadação até o primeiro bimestre alcançou R\$ 166,75 milhões, e, em 2015, R\$ 112,05 milhões.

Em consequência, a despesa financiada pela FR 25 apresentou decréscimo expressivo em relação ao mesmo período de 2014 (queda de 74,2%; -R\$ 39 milhões).

Do montante de R\$ 13,58 milhões executados na FR 25, R\$ 7 milhões foram direcionados para a Realização de Tratamento Fora de Domicílio; R\$ 5,37 milhões para a Operacionalização das UPA's 24horas geridas por meio de OS; R\$ 1,07 milhão para despesas de Pessoal e Encargos Sociais, dentre outras despesas de menor vulto.

Comparada à execução do primeiro bimestre de 2014, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram uma queda de R\$ 5,07 milhões (-14,4%). Dos R\$ 30,12 milhões executados nesse ano, R\$ 28,94 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 23,41 milhões destinados a Medicamentos, R\$ 4,11 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 1,18 milhão com FR 10, sendo R\$

480 mil aplicados em Descentralização para Órgãos Estaduais e R\$ 422 mil para Serviços de Asseio e Higiene.

Destaques na Área de Saúde do ERJ até o 1º Bimestre de 2015

Unidade Rio Farmes em Nova Iguaçu

Foi inaugurada em fevereiro de 2015 a nova unidade da Rio Farmes (Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados) no centro de Nova Iguaçu. O espaço tem capacidade para atender 3 mil pacientes no primeiro mês. A Rio Farmes fornece cerca de 150 medicamentos muito caros e raramente disponíveis nas farmácias comuns. Representa um investimento de R\$ 215 milhões ao ano que é repassado pelo SUS ao ERJ.

Terapia com Animais no Hospital Estadual Anchieta

Uma parceria entre a Secretaria de Saúde e a Associação Pelo Próximo - Solidariedade em Quatro Patas levou a terapia com animais para pacientes do Hospital Estadual Anchieta, na Zona Portuária. A idéia é que até 10 pacientes sejam estimulados a interagir com os animais. As sessões duram até uma hora e acontecem quinzenalmente. A terapia melhora a coordenação motora, diminui a pressão arterial e permite um progresso emocional do paciente.

Certificado de Excelência em Bancos de Leite Humano do Hospital Rocha Faria

O Banco de Leite da Maternidade do Hospital Estadual Rocha Faria recebeu, em fevereiro, o Certificado de Excelência em Bancos de Leite Humano, na categoria Ouro. O título inédito reconhece a qualidade no manejo do aleitamento na unidade. Quase 670 litros de leite já foram coletados, beneficiando 459 bebês. Cada litro doado pode alimentar até dez recém-nascidos por dia.

FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, apresentou neste 1º bimestre uma execução de R\$ 21,58 milhões. A despesa liquidada representou 0,6% da receita base do índice, percentual compatível ao início do exercício de 2015.

A Tabela 41 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ na fonte Tesouro.

O total liquidado com recursos do Tesouro, quando comparado ao mesmo período de 2014, registrou variação negativa de 42,1% (-R\$ 15,71 milhões). Parte deste decréscimo ficou concentrada no Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ, e parte, na ação Estudos e Pesquisas através da FAPERJ. Essa queda é justificada pelo atendimento às normas estabelecidas sobre reavaliação e redução dos contratos do decreto nº 45.109 de 05 de janeiro de 2015 do Governo do Estado. Foi realizado apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ e Estudos e Pesquisas da UENF com investimento de R\$ 3,52 milhões.

**Tabela 41 – Execução Orçamentária
Fonte Tesouro FAPERJ**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A FEV		Variação %
	2014	2015	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	14.209.973	14.467.138	1,8%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	2.519.766	2.585.219	2,6%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	399.800	1.652.000	313,2%
Pessoal e Encargos Sociais	1.130.843	1.602.752	41,7%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	1.707.633	942.562	-44,8%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	145.535	112.254	-22,9%
Inovação Tecnológica	1.758.363	110.000	-93,7%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	36.818	72.636	97,3%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	5.911.329	18.800	-99,7%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	26.000	13.520	-48,0%
Despesas Obrigatórias	-	2.500	
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	9.143.940	-	-100,0%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	302.786	-	-100,0%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	677	-	-100,0%
TOTAL	37.293.462	21.579.381	-42,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015

Em relação às despesas cobertas pelas outras fontes, até o final do 1º bimestre não foram realizadas despesas com recursos próprios (FR10) e com as provenientes de convênio (FR 13) (Tabela 42).

**Tabela 42 – Execução Orçamentária
Outras Fontes FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %
	JAN A FEV		
	2014	2015	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	2.162.000	-	-100,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	119.420	-	-100,0%
	2.281.420	-	-100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e com 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

No 1º bimestre de 2015, o FECAM liquidou R\$ 1,76 milhão, redução de 62,4% (-R\$ 2,92 milhões) quando comparado a 2014, sem atingir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 32.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 43 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 1,15 milhão, correspondendo a 65,5% do total liquidado no Fundo.

Tabela 43 - Índice FECAM

Em R\$			
AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	JAN - FEV
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Prestação de serviços de assistência técnica especializada para apoio ao INEA no gerenciamento de projetos e programas. Desassoreamento e recuperação de diversos cursos d'água no ERJ.	INEA	1.152.584
Projeto Iguaçu	Aluguel Provisório. Serviços de apoio ao INEA na supervisão e assistência técnica para implantação de unidades. Suporte ao processo de cadastramento e negociação para relocação de famílias.	INEA	607.933
TOTAL GERAL			1.760.517

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF - Fonte 22) aplicados na área de habitação pelas: Secretaria de Obras – SEOBRAS, pela Secretaria de Habitação - SEH, pelo Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ, pela Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de área de risco.

A Tabela 44 abaixo analisa as ações realizadas no exercício de 2015, destacando os órgãos executantes, os principais projetos e o montante liquidado em cada um deles.

Tabela 44 - Índice FEHIS

Em R\$			
ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADADA JAN- FEV
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Contrapartida no âmbito do programa minha casa minha vida	13.500.000
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento tarifa de análise de reprogramação no Complexo do Lins	200.000
		Outros	14.595
			13.714.595
SEH	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de aluguel provisório - Jan até Março	102.400
ITERJ	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Fornecimento de cestas básicas para o assentamento terra e Contratação de empresa de locação de transporte escolar	36.389
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Locação de Veículos	16.200
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Mangueiras e São Gonçalo.	10.894.055
TOTAL GERAL			24.747.439

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

As despesas custeadas pelo FEHIS registrou montante de R\$ 24,75 milhões no acumulado deste 1º bimestre de 2015. A SEOBRAS liquidou 54,6% dos recursos em ações de urbanização das comunidades e do complexo do alemão – justificado basicamente pela contrapartida no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida para a construção de dois condomínios: Jardim Arara/Jardim Tucano e Jardim Rouxinol, composto por 540 moradias fixadas no Alemão. Esta ação busca atender a realocação de famílias desabrigadas.

No acumulado deste exercício já foram aplicados R\$ 10,89 milhões com Aluguel Social, ou seja, 44,02% do total dos recursos aplicados pelo FEHIS (Tabela 45). Esta ação disponibiliza benefício financeiro assistencial, de modo emergencial e temporário, com o intuito de atender a remoção de famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manginhos, que estão alocadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de calamidade pública.

Tabela 45 – Aluguel Social

Aluguel Social 2015	
Municípios Beneficiados	JAN - FEV
Manginhos	4.219.674
Região Serrana	3.806.169
Niterói	2.327.266
São Gonçalo	540.946
Total	10.894.055

Obs: Dados extraídos em 18/03/2015.

BOX 02- EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE AFETAM O RESULTADO

O Box 02 faz uma abordagem dos Resultados Fiscais com a perspectiva de avaliar a evolução do Resultado Primário apurado nos últimos cinco exercícios (2010-2014), buscando justificar o seu comportamento pelo impacto da contratação de operação de crédito com o propósito de financiar despesas de investimentos e pelo volume de inscrição em Restos a Pagar que pode gerar um aparente cenário fiscal auspicioso.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – 2010-

Tabela 1



O Resultado Primário reflete o saldo entre as receitas e as despesas de caráter não financeiro, o seu cálculo é realizado pelo regime de competência. Este estudo considera as receitas primárias como o total da receita orçamentária deduzida as receitas financeiras (em sua maior parte, operações de crédito) e aquelas relativas de superávit financeiro. As despesas primárias são consideradas como despesa orçamentária deduzidas dos juros e amortizações da dívida interna e externa.

Uma análise detalhada do resultado primário destes cinco anos possibilita constatar que o ERJ vem aumentando a captação de receitas financeiras para a cobertura de suas despesas, basicamente operações de crédito para financiar seus investimentos, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Desta forma, análise sobre o resultado primário aqui apresentado busca explicitar a sua evolução baseado em duas variáveis-chave que impactam o resultado final: a contratação de operação de crédito e a inscrição em restos a pagar.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em função da política de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, o volume de investimentos vem crescendo exponencialmente, sustentados pelo aporte de recursos captados junto a diversos bancos e agências de fomento. O quadro abaixo demonstra o crescimento das despesas financiadas com recursos oriundos de operações de crédito, mostrando o expressivo aumento no número de programas realizados pelo ERJ. Vale destacar, que grande parte destes projetos são voltados para melhoria da infraestrutura, como a Implantação da linha 4 do Metrô, o Arco Metropolitano, os Programas Asfalto na Porta e Bairro Novo e a aquisição de novas composições ferroviárias, melhorando a qualidade de vida do cidadão fluminense e reformulando o espaço urbano do ERJ.

Despesas financiadas com Operação de Crédito	2010	2011	2012	2013	2014
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	-	46.999.417	749.461.842	2.013.892.897	2.074.519.631
Asfalto Porta e Bairro Novo					885.942.326
Implantação de Projetos de Infraestrutura			538.795.520	557.954.228	484.957.173
Implantação do Arco Metropolitano			57.835.323	343.371.027	391.842.885
Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II	17.958.859	90.277.853	261.270.869	78.359.487	211.224.243
Abastecimento de Água - PAC			61.985.916	77.954.573	179.761.164
Implantação da Infraestrutura Viária - Pró-Vias					157.929.742
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios			70.664.263	61.791.302	144.516.765
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura				64.826.565	133.743.727
Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016			-	70.319.861	116.379.237
Apoio aos Municípios		7.999.968	575.989	33.929.716	109.977.253
Recuperação da Região Serrana			112.730.990	62.041.171	91.554.460
Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos				34.069.195	81.669.594
Gestão da Frota			20.840.328	49.665.280	74.209.094
Aquisição de Embarcação				59.253.104	56.430.382
Impl Rest, Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte		75.614.836	2.215.293	39.415.138	53.866.862
Desenv Centros Vocacionais Technolog - CVTs					47.938.576
C4IVR Comando, Controle, Comunicação, Computa				-	39.820.728
Execução de obras Controle Cheias				-	35.119.409
San Amb Municípios entorno Baía de Guanabara		-	4.380.794	9.568.536	34.789.467
Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos	38.321.462	47.372.558	42.680.515	46.768.663	28.883.674
Implantação do Novo Museu da Imagem e do Som			603.217	3.042.498	23.617.999
Esgotamento Sanitário - PAC			5.795.269	3.379.674	22.349.285
Constru Sede COE e Casas Custódia				-	22.251.784
Promoção Desenv Sustent Microb Hidrográficas				11.309.973	20.465.315
Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	56.667.041	103.990.793	48.112.936	29.832.927	15.156.128
Gestão do PRODETUR - RJ	-	-	2.842.328	4.095.437	14.729.002
Estrat Comerc Setor Turístico - PRODETUR - RJ	-	-	-	601.131	13.029.979
Outras Despesas	141.302.448	291.674.603	807.352.947	727.674.409	154.320.531
Total Investimentos	254.249.810	663.930.028	2.788.144.340	4.383.116.791	5.720.996.414

Desta forma, pode-se observar que o aumento da contratação de operação de crédito ao longo desse cinco anos impactou negativamente sobre o resultado primário, conforme apresentado no Gráfico 1, uma vez que estas receitas não entram no cálculo e as despesas são consideradas.

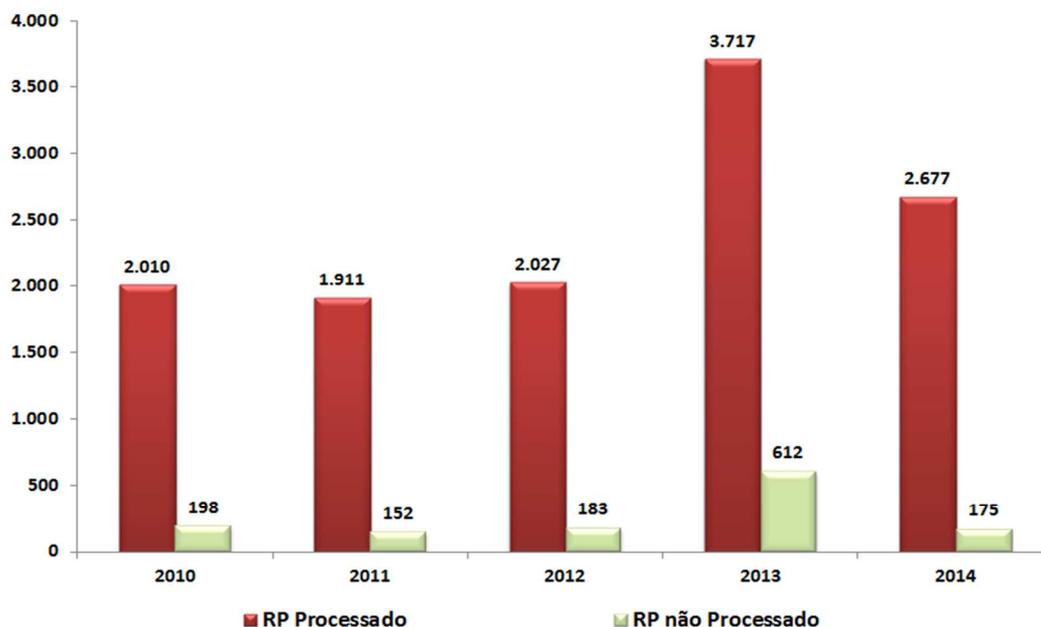
RESTOS A PAGAR

A análise dos Restos a Pagar permite verificar como o aumento da inscrição em restos a pagar não processados pode impactar positivamente no Resultado primário. Os restos a pagar consistem em despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Os restos a pagar processados envolvem as despesas que já foram liquidadas, e os não processados são aquelas despesas apenas empenhadas.

No caso do ERJ, o volume de Restos a Pagar não Processados ao longo dos anos não é significativo diante do total das despesas realizadas. Em 2014, cujo montante foi de R\$175 milhões, representou 0,23% da despesa total empenhada (R\$ 75,70 bilhões). O gráfico 2 apresenta o volume de restos a pagar processados (liquidado e não pago) e não processado (empenhado e não liquidado). O gráfico abaixo mostra essa evolução.

Gráfico 2

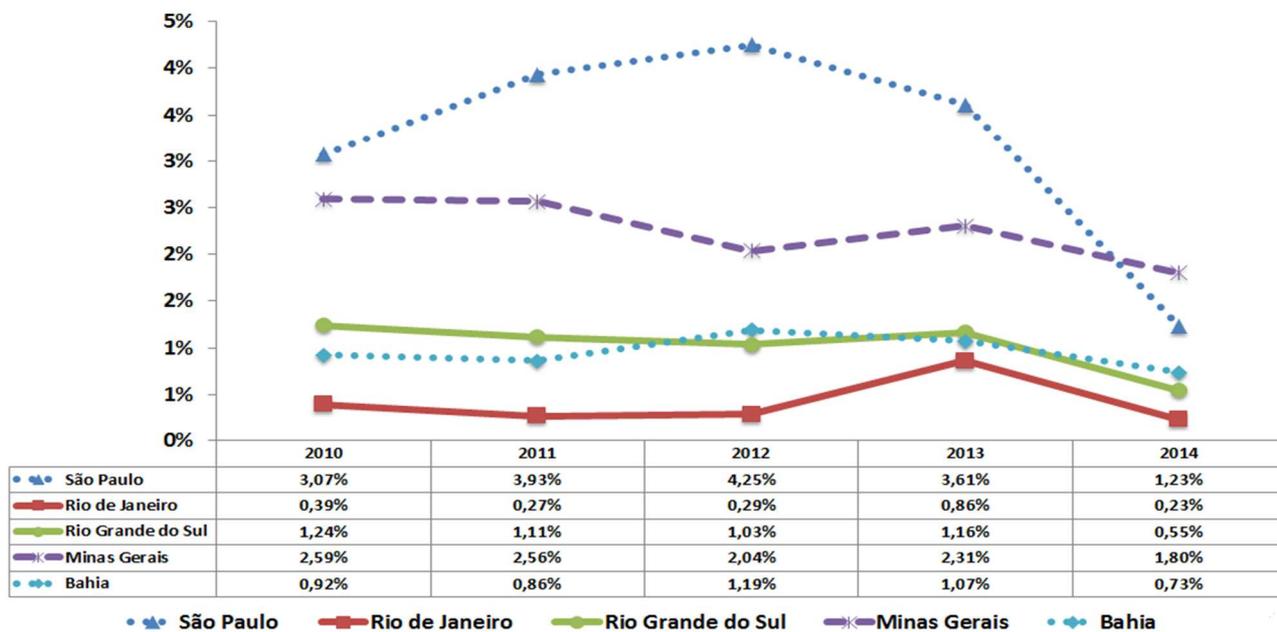
Evolução da Composição dos Restos a Pagar (em R\$ Milhões)



No ERJ, como apresentado, o volume de RP não processado não afeta de forma significativa o Resultado Primário, sendo este impactado diretamente pelo volume de operações de crédito contratadas ao longo dos anos para reforçar os investimentos realizados.

Gráfico 3

Comparativo Estados - Evolução dos Restos a Pagar Não Processados em relação a Despesa Total (2010-2014)



Quando comparado com outros Estados, observa-se que ao longo desse cinco anos o Restos a Pagar não processados inscritos não provocou impacto significativo sobre o total das despesas executadas pelos entes. Em 2014, Minas Gerais (1,80%) e São Paulo (1,23%) apresentaram os maiores percentuais em relação aos demais entes, conforme observado no gráfico 3.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ publicou a Resolução nº 853, de 04 de março de 2015, a qual estabeleceu a Cota Financeira para o ano de 2015. A liberação da Cota Financeira nas Outras Fontes de Recursos superou as Fontes de Recursos do Tesouro em R\$ 4.464,00 milhões (23,5% do total dos recursos liberados), conforme o Gráfico 12. Esta distribuição segue a tendência dos dois anos anteriores, sendo a liberação das Outras FR maior que as FR do Tesouro devido, em grande parte, aos recursos oriundos das contratações de operações de crédito (empréstimos).

As cotas liberadas pelo Tesouro Estadual no primeiro bimestre de 2015, destinadas para FR do Tesouro representaram 26,5% do total, e para Outras FR, 73,5%, segundo a Tabela 46. O índice de utilização da Cota Financeira até o primeiro bimestre do ano corrente nas FR Tesouro apresenta-se elevado, no percentual de 85,9%, enquanto nas Demais FR o índice ficou em 65,3%, apesar da liberação de um montante expressivo de R\$ 1.138,29 milhões. Acerca do percentual de utilização das FR, observa-se que as FR do Tesouro são mais utilizadas que as Outras FR, conforme a tendência dos bimestres anteriores.

A área prioritária de Assistência Social se sobressaiu em relação às demais áreas, com liquidação de 82,9% das suas despesas empenhadas com recursos provenientes do Tesouro bem como com elevada utilização da cota liberada, atingindo 94,8% e com pagamento das cotas financeiras utilizadas (94,8%), de acordo com a Tabela 47.

Gráfico 12

LIBERAÇÃO DE COTA FINANCEIRA - 2015

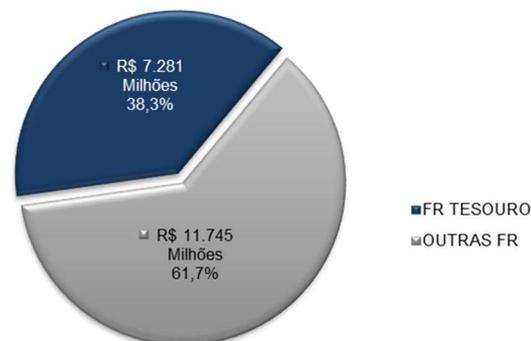


Tabela 46

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ FEVEREIRO DE 2015

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	805	442	411	354	268
FR - Outras	1.017	749	1.138	743	732
Total geral	1.822	1.191	1.550	1.097	1.000

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	54,9%	107,4%	80,0%	85,9%	75,9%
FR - Outros	73,7%	65,8%	99,2%	65,3%	98,5%
Total geral	65,4%	76,9%	92,1%	70,8%	91,2%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2015

Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2015 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	23	10	9	9	7
SAÚDE	315	143	118	101	54
SEGURANÇA	73	47	55	47	27
ASSISTÊNCIA SOCIAL	70	58	58	55	53
DEMAIS ÁREAS	325	184	170	141	127
TOTAL GERAL	805	442	411	354	268

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	44,3%	110,4%	87,8%	96,8%	82,7%
SAÚDE	45,5%	121,2%	70,7%	85,6%	53,8%
SEGURANÇA	63,9%	84,4%	100,0%	84,4%	58,2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	82,9%	99,1%	95,6%	94,8%	94,8%
DEMAIS ÁREAS	56,7%	108,0%	76,8%	83,0%	89,7%
TOTAL GERAL	54,9%	107,4%	80,0%	85,9%	75,9%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2015

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio geral de pagamento no primeiro bimestre de 2015 manteve-se equivalente ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de pagamento para as Programações de Desembolso das Áreas Prioritárias foi de 6 dias e para as Áreas Não Prioritárias de 7 dias.

No primeiro bimestre de 2015, apenas uma Programação de Desembolso foi honrada com prazo acima de 30 dias. Sua maioria, 83,0%, foi paga em até 15 dias pela Secretaria de Fazenda e 16,7% entre 16 e 30 dias a partir da sua emissão.

Em relação ao primeiro bimestre de 2014, houve redução de 4,3 pontos percentuais do volume de PD's com prazo acima de 30 dias, representando apenas 0,3% do total, mantendo a eficácia e agilidade nos pagamentos junto aos seus credores.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Para cumprir a meta dos rendimentos financeiros do exercício estipulada pela LOA, o Tesouro Estadual adota o conceito de saldo médio²⁶ para a administração de seu Fluxo de Caixa. Essa medida auxilia a tomada de decisão sobre a alocação dos recursos, objetivando assim maximizar a receita financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Os fundos exclusivos fazem parte da estratégia tecida pelo Tesouro para atingir esse objetivo e seu desempenho tem atendido às expectativas, sendo que, no primeiro bimestre de 2015, obtiveram uma rentabilidade média de 99,5% do CDI, além disso possuem uma taxa administrativa entre 0,10% e 0,15% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

²⁶ Utilização de modelo simples para o cálculo do saldo médio (Merton Miller e Daniel Orr, 1966 e 1968).

Tabela 48

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

1º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	6
NÃO PRIORITÁRIAS	7
MÉDIA GERAL	7

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 13

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO 1º BIMESTRE 2015

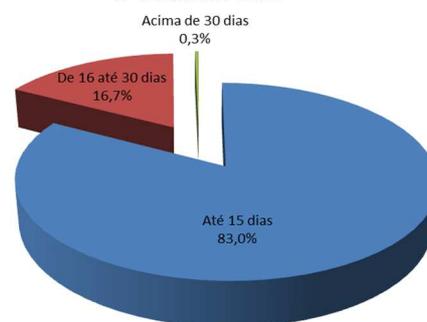
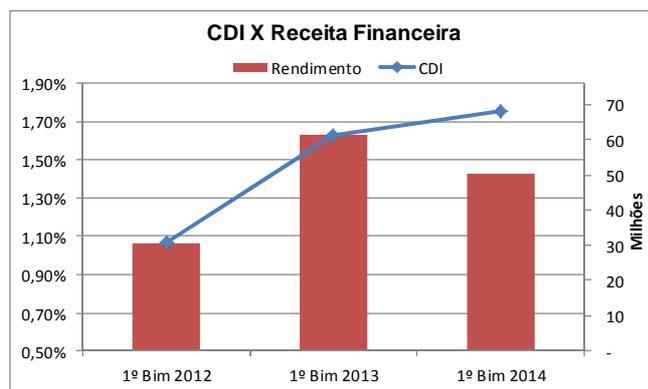


Gráfico 14



Fonte de Dados: SIG e CVM

O Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua primeira reunião²⁷ do ano, elevou a taxa SELIC em 0,50 p.p, que atingiu 12,25% a.a, dando continuidade ao ciclo de elevação da taxa básica de juros. Em suma, a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre de 2014, o cenário adverso da economia mundial e a perspectiva que esse cenário permaneça ao longo de 2015, estão direcionando o Banco Central no aumento da taxa de juros.

No 1º bimestre de 2015, a receita financeira do Tesouro Estadual teve queda de 17,8%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal fato ocorreu devido a menor disponibilidade de caixa.

A previsão de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual²⁸ (LOA) de 2015 é de R\$ 242,8 milhões, sendo que 21% deste valor foi realizado no 1º bimestre de 2015.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a fevereiro de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 4,60 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 54,8%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, sendo o restante subdividido em: 34,7% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 7,2% para despesas de água e esgoto, e 3,3% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa a assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a

Gráfico 15

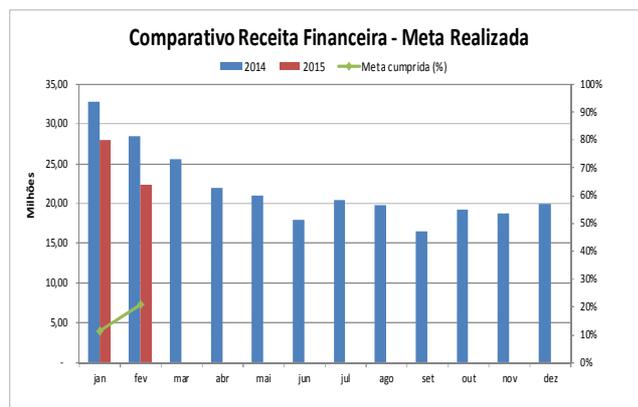
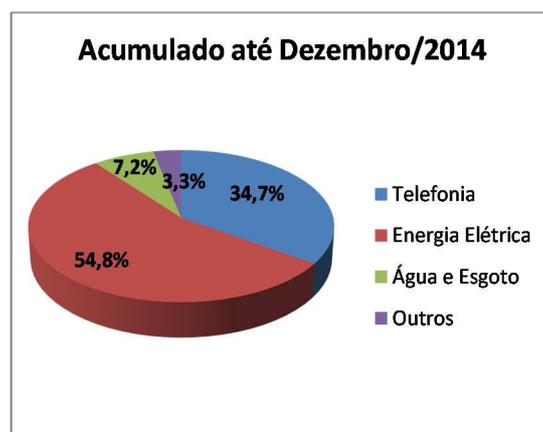


Gráfico 16
Pagamento Acumulado das
Concessionárias de Serviços Públicos



²⁷ Realizado nos dias 20 e 21 de janeiro de 2015.

²⁸ Lei .6.955 de 13 de janeiro de 2015

fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

No exercício de 2015, foram disponibilizados R\$ 227,16 milhões neste PT, e, até fevereiro, foram empenhados R\$ 15,87 milhões, ou seja, 7,0%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 18 concessionárias.

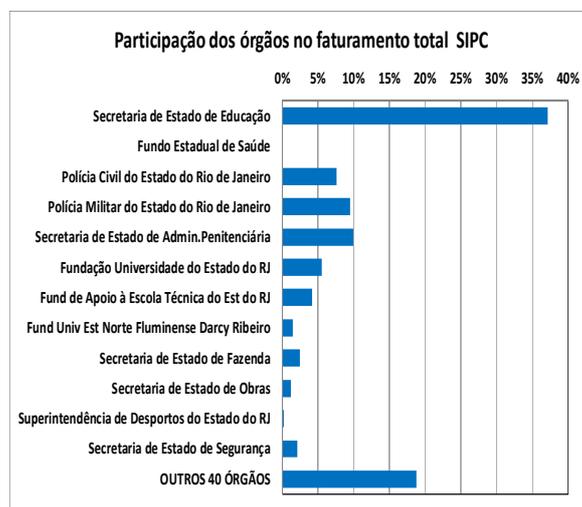
Considerando o faturamento de 2015, através do SIPC, foram registrados R\$ 51,5 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 10,0 milhões, ou seja, 19,4 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (80,6%) geralmente ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 1º bimestre, alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, quais sejam: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Universidade do Estado do RJ (UERJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ (FAETEC) e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Em 2015, as despesas destes órgãos representaram 72,4% do montante total faturado, dos quais foram quitados 9,5 %.

Por outro lado, cabe destacar também o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Departamento Geral Ações Sócio- Educativas (DEGASE), da Secretaria de Estado da Casa Civil (CASA CIVIL) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais

Gráfico 17



sejam: Fundação Departamento Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), entre outros.

VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 1º bimestre de 2015, verifica-se aumento global de 0,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em janeiro e fevereiro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,71 milhões, sendo R\$ 5,93 milhões de demanda contratada e R\$ 0,78 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a fevereiro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 0,82 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando-se o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 117,90 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 8,65 milhões, tendo sido quitado R\$ 1,91 milhão.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 1º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 17,06 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 58,1 % deste total.

No que tange aos Restos a Pagar (RP) de 2014, foram inscritos R\$ 28 milhões a favor das concessionárias de serviços essenciais. Ressalte-se que a maior parte deste total (81%) foi de serviços prestados por TELEMAR/DADOS, CEDAE e LIGHT.

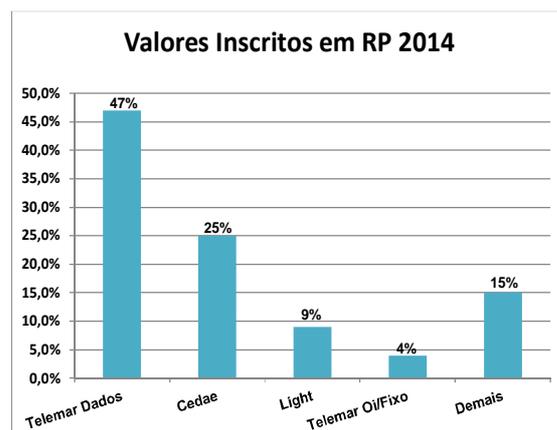
Tabela 49

Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

RS mil	
FAVORECIDOS	1 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35
ÁGUAS DE NITERÓI	1.146
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99
ÁGUAS DO IMPERADOR	81
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030
CEDAE	9.907
FÓZ ÁGUAS	4.405
C. ÁGUAS DE JUTURNAIBA	91
PROLAGOS	110
SAAE/B. MANSA	47
SAAE/V. REDONDA	112
Total Faturado	17.062

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

Gráfico 18



VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Em janeiro e fevereiro de 2015, foram pagos pelos Tribunais **R\$ 96,23 milhões** em precatórios judiciais, dos quais R\$ 78,26 milhões referem-se à precatórios do Tribunal de Justiça e R\$ 17,96 milhões referem-se à precatórios do Tribunal Regional do Trabalho.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 631 requisições de pequeno valor que totalizaram **R\$ 6,05 milhões**.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁹.

Gráfico 19

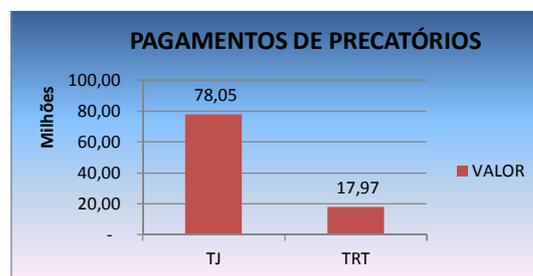


Tabela 50

PAGAMENTOS DE RPV - 1º BIM. 2015.		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR R\$
JANEIRO	243	2.397.902,82
FEVEREIRO	388	3.656.817,17
TOTAL	631	6.054.719,99

Fonte: SUCADP em 28/02/2015

²⁹ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 1º bimestre de 2015, o montante de R\$ **102,28 milhões**.

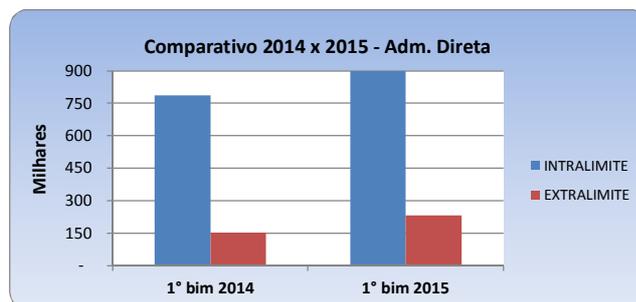
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º bimestre de 2015, R\$ 1,14 bilhão com o serviço da dívida³⁰. A importância desembolsada foi 21,1% superior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite da dívida interna, que foi 59,5% superior ao pago no 1º bimestre de 2014, em virtude do pagamento dos juros do contrato destinado à expansão do Metrô - Linha 4 Fase II, em um montante de R\$ 54,35 milhões.

Do total pago no 1º bimestre de 2015, R\$ 899,45 milhões foram referentes à dívida intralimite³¹, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 201,76 milhões.

Gráfico 20



³⁰ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³¹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetada comissão do agente.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³² alcançou R\$ 4,14 milhões, 313,9% superior em relação ao 1º bimestre de 2014, devido a alguns pagamentos realizados pelo Instituto Vital Brasil, referentes ao exercício de 2014.

Tabela 51

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2014			1º bim 2015			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	473.906	463.740	937.645	613.676	518.942	1.132.618	20,79%
INTRALIMITE	384.373	402.413	786.786	496.848	402.605	899.453	14,32%
EXTRALIMITE	89.532	61.327	150.859	116.828	116.337	233.165	54,56%
INTERNA	78.550	50.754	129.303	105.009	101.189	206.198	59,47%
EXTERNA	10.983	10.573	21.556	11.819	15.148	26.967	25,10%
ADM. INDIRETA HONRADA	960	40	1.001	4.007	135	4.142	313,93%
TOTAL	474.866	463.780	938.646	617.683	519.077	1.136.760	21,11%

Informações complementares:

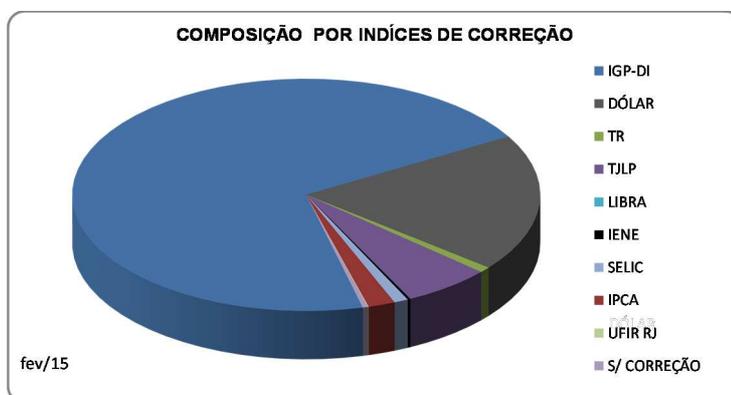
Valor devido intra-limite	288.815	402.414	691.228	295.085	402.605	697.690	0,93%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	384.373	402.414	786.787	496.848	402.605	899.453	14,32%
Amortização do resíduo	(95.559)	-	(95.559)	(201.763)	-	(201.763)	111,14%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 25,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi decorrente do pagamento de juros do contrato firmado junto ao BIRD, destinado ao Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes Urbanos de Massa – PROMIT e pela desvalorização do real frente ao dólar. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representa apenas 2,4% do total de serviço pago.

Gráfico 21



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 91,18 bilhões, 13,2% maior que o mesmo período do ano anterior.

³² A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

O estoque da dívida interna cresceu 10,9%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento é justificada pela variação do IGP-DI³³ e pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso.

Tabela 52

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2014 x 2015			
	1º Bim 2014	1º Bim 2015	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	80.546.500	91.184.094	13,21%
INTERNA	73.075.744	81.087.009	10,96%
Dívida com a União	64.148.341	65.337.807	1,85%
Outras Dívidas Contratuais	8.927.403	15.749.202	76,41%
EXTERNA	7.340.790	9.969.155	35,80%
Com Aval do Tesouro Nacional	7.337.171	9.964.745	35,81%
Mobiliária	3.619	4.410	21,86%
ADM INDIRECTA - CUSTEADA (F.TESOURO)	129.966	127.930	-1,57%
DÍVIDA FINANCEIRA	80.546.500	91.184.094	13,21%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	36.219.029	38.776.368	7,06%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,22	2,35	5,74%

Valores a preços correntes.

() Valor do 1º Bim/15 provisório.*

O estoque da dívida externa, que corresponde a 10,9% do total da dívida financeira, encerrou o 1º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 9,97 bilhões, ou seja, 35,8% superior ao 1º bimestre de 2014, consequência da entrada de recursos das operações de crédito e pela desvalorização do real frente ao dólar³⁴.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 1º bimestre de 2015, em R\$ 127,93 milhões, representando uma redução de 1,6% em relação ao saldo verificado em janeiro e fevereiro de 2014.

Tabela 53

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
<i>R\$ mil</i>			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.025.119	1,36%	1,12%
2,1 - 4	199.508	0,26%	0,22%
4,1 - 6	66.916.023	88,72%	73,39%
acima de 6,1	7.284.652	9,66%	7,99%
Subtotal	75.425.301	100,00%	82,72%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	6.670.185	42,33%	7,32%
2,1 - 4	1.513.745	9,61%	1,66%
4,1 - 6	7.574.863	48,07%	8,31%
Subtotal	15.758.793	100,00%	17,28%
Total	91.184.094		100,00%

³³ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 1,1% (IGP-DI de dez/14 e jan/15) e nos últimos 12 meses (de fev/14 a jan/15) em 4,1%.

³⁴ A cotação do dólar (US\$) no dia 28 de fevereiro de 2015 foi de 2,8782. Ou seja, 23,3% superior à cotação do mesmo período de 2014 que foi de 2,3334.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 82,7% do estoque. Desse montante, 73,4% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³⁵ representam 8,6%, e desse percentual, apenas 0,9% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁶. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 22 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 22,3%. O Gráfico 23 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁷ e ao prazo médio de repactuação³⁸, estes atingiram 11,48 anos e 10,45 anos, respectivamente.

Gráfico 22

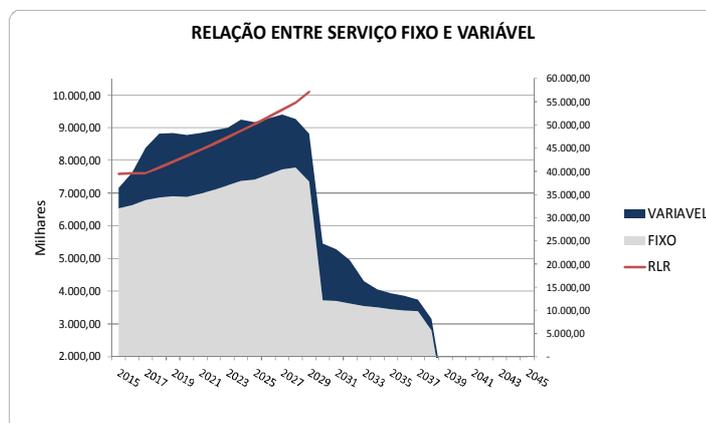
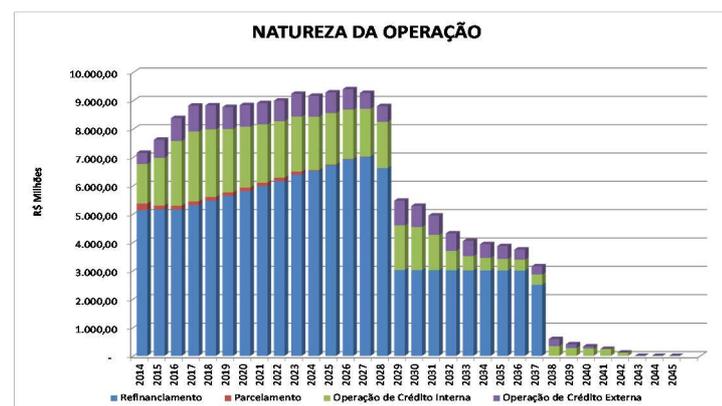


Gráfico 23



³⁵ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

³⁶ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁷ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁸ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.³⁹

Tabela 54

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	68,48%	63.078.425,37	IGP-DI	67,93%	61.507.483,31	IGP-DI	71,39%	72.456.496,83
DÓLAR	18,02%	16.595.862,57	DÓLAR	18,33%	16.595.862,57	DÓLAR	16,35%	16.595.862,57
TR	1,45%	1.331.068,54	TR	1,47%	1.331.068,54	TR	1,31%	1.331.068,54
TJLP	7,57%	6.976.818,88	TJLP	7,71%	6.976.818,88	TJLP	6,87%	6.976.818,88
LIBRA	0,00%	4.410,07	LIBRA	0,00%	4.410,07	LIBRA	0,00%	4.410,07
IENE	0,16%	143.340,05	IENE	0,16%	143.340,05	IENE	0,14%	143.340,05
SELIC	1,57%	1.449.725,69	SELIC	1,60%	1.449.725,69	SELIC	1,43%	1.449.725,69
IPCA	2,49%	2.297.965,68	IPCA	2,54%	2.297.965,68	IPCA	2,26%	2.297.965,68
S/ CORREÇÃO	0,25%	233.377,73	S/ CORREÇÃO	0,26%	233.377,73	S/ CORREÇÃO	0,23%	233.377,73
TOTAL	100,00%	92.110.995	TOTAL	100,00%	90.540.053	TOTAL	100,00%	101.489.066

fev/16

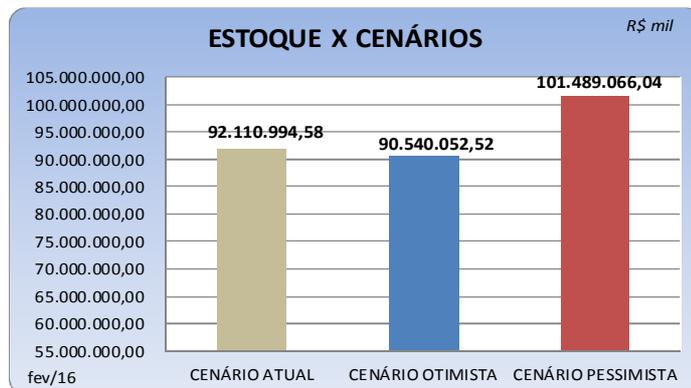
IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,6%a.a. e 15,2%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente de R\$ 10,9 bilhões e, em valores relativos, de 12,1%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,5% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 67,9% no cenário otimista para 71,4% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – IGP-DI variou 0,5%, em fevereiro. A variação registrada em janeiro foi de 0,7%. Em fevereiro de 2014, a variação foi de 0,9%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 1,2%. No mesmo período do

Gráfico 24



³⁹ Cabe pontuar que a Tabela 5 e Gráfico 6 demonstram a projeção do estoque para fevereiro de 2016.

ano anterior, o índice elevou-se 1,3%. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou em 3,7%. O IGP-DI de fevereiro foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º ao último dia do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,4%, em fevereiro. No mês anterior, o índice apresentou a mesma variação de 0,2%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 1%, em fevereiro, ante 1,7%, no mês anterior. Cinco das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em fevereiro, taxa de variação de 0,3%, após alta de 0,9% no mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 10,61 bilhões para 17,46 bilhões e de 13,2% para 19,2%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 55 e a Tabela 56 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 55, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor

Tabela 55

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+113.092,24	+1,591
Yene Japonês	+10%	+4.897,44	+0,070
Libor	+1,0%	+241.525,37	+3,399

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.658.769,17	+1,801
Yene Japonês	+10%	+14.334,01	+0,015

se reflete num acréscimo de R\$ 2.41,5 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 3% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 56, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,8 % e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 141,41 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em janeiro e fevereiro:

- R\$ 108,06 milhões destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 11,00 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 9,77 milhões destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 4,72 milhões destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,24 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 1,87 milhão destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 1,49 milhão destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 593,12 mil destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 550,53 mil destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 99,56 mil destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);

Tabela 57
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 28/02/2015

R\$ mil

	2015		2016/19
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	141.408	6.571.192	2.512.789
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.344	4.502.711	550.005
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.770	-
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	100	202.597	97.227
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	5.538	5.538
4. PMAE II - BNDES	-	1.580	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	27.994	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	59.356	198.714
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	-	552.000	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	3.244	130.999	248.525
10. PROCOI - CAIXA	-	599.936	-
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	-	596.604	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	-	2.314.838	-
Demais	138.064	2.068.481	1.962.785
13. PET II - BIRD	1.490	31.092	-
14. RIO RURAL I - BIRD	4.720	16.749	-
15. PROFAZ - BID	1.872	20.239	-
16. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	9.775	23.339	-
17. PRODETUR - BID	551	114.191	114.805
18. PSAM - BID	-	400.202	788.437
19. PET II Adicional - BIRD	593	703.786	654.289
20. PROVIAS - CAF	-	344.781	140.847
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	123.256	-
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	111.474	47.755
23. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	11.000	134.366	131.226
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	45.005	85.426
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.047.892
Total	141.408	6.571.192	3.560.681

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2015



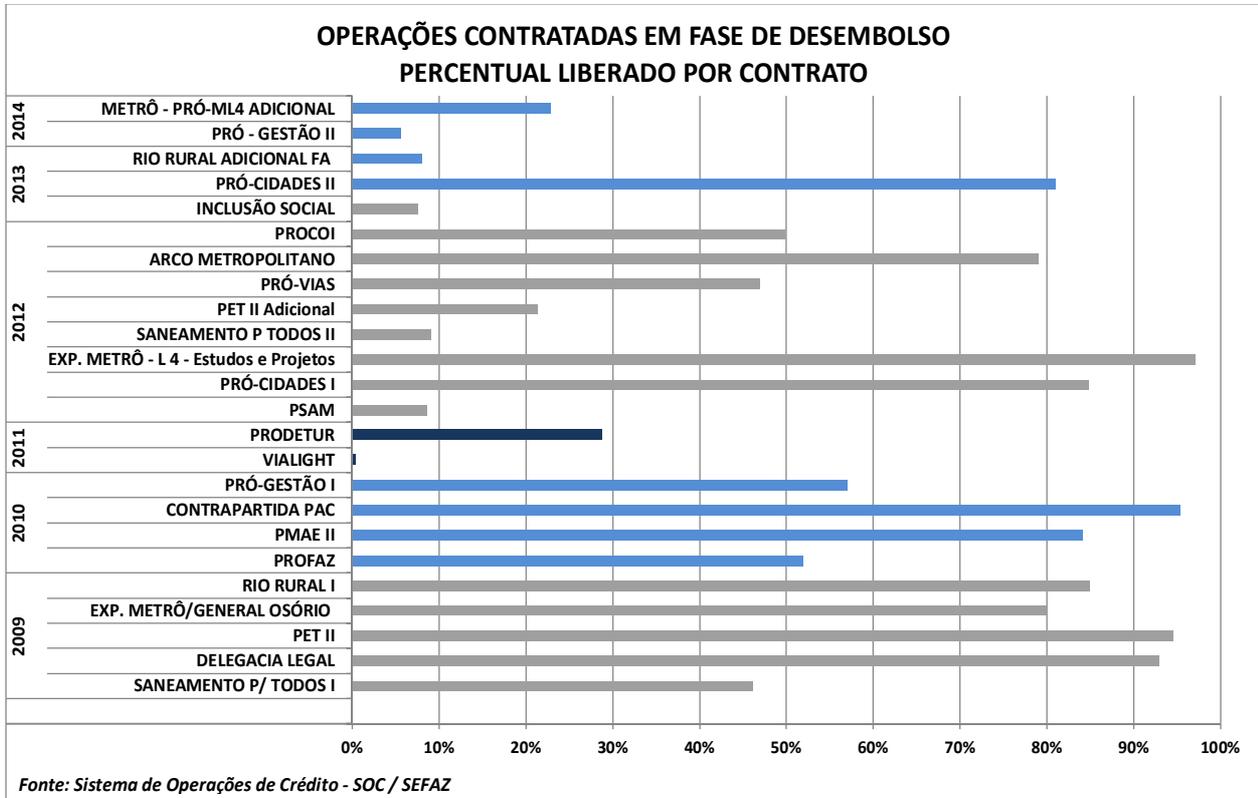
Tabela 58

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	258.175.689,31	46%	558.000.000,00	258.175.689,31
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	200.897.480,22	95%	609.314.940,00	383.299.717,39
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	33.680.654,32	85%	113.688.900,00	67.624.452,81
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	10.207.218,28	52%	56.870.497,71	20.747.129,70
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	9.982.000,00	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	292.821.303,19	95%	606.046.612,59	578.052.678,21
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	10.563.949,71	57%	53.744.628,60	25.787.718,68
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	32.437.760,43	29%	322.358.400,00	70.190.994,69
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.300.888.836,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.266.612.118,6853	1.477.585.800,4400	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	77.734.698,08	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	35.847.961,94	9%	415.372.248,98	35.847.961,94
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	128.151.042,56	21%	1.726.920.000,00	308.248.692,16
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	150.948.826,66	47%	920.088.585,00	341.556.054,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	157.175.970,35	79%	575.640.000,00	368.520.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	172.692.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.089.500.382,1833	1.149.487.775,2700	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	7.723.008,27	8%	287.820.000,00	20.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	138.153.600,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	3.000.000.000,00	685.162.000,0300	23%	3.000.000.000,00	685.162.000,03

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 25



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁰

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2015 com 506 Convênios de Despesa e 324 Convênios de Receita vigentes⁴¹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴². Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴³ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 269 convênios, beneficiando 67 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 236,60 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 237 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até os meses de novembro e dezembro de 2014 foi de aproximadamente R\$ 2,65 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 1º bimestre de 2015, o total de 22 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,84 bilhão⁴⁴. Dessa importância, R\$ 1,02 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 824,32 são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 1º bimestre de 2015 foi repassado em torno de R\$ 887,24 milhões,

⁴⁰ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴¹ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴² Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴³ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁴ Valor original desconsiderando os aditivos.



sendo destinados 95,15% à área de Habitação e 4,85% à área de Saneamento.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

Decorrido o 1º bimestre de 2015, o Estado do Rio de Janeiro mantém em execução um contrato de Parceria Público-Privada. Trata-se da concessão administrativa para a gestão, operação e manutenção do Estádio Mario Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), bem como a realização de obras incidentais.

Com intuito de garantir que a prestação do serviço contratado seja adequada, a PPP, que atualmente passa por modificações decorrentes de medidas promovidas pelo Poder Concedente, está sob a fiscalização de Comissão que verifica o cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionaria Complexo Maracanã Entretenimento S/A.

Dada a limitação de recursos econômicos e financeiros, o Estado tem diante de si um grande desafio para realização dos projetos de PPP, sendo este a consolidação de modelos de garantia pública com qualidade e liquidez, capazes de abarcar as contraprestações a serem pagas ao parceiro privado, bem como abarcar eventuais despesas públicas decorrentes da contratação de uma PPP.

A Coordenação de Análise de Parcerias Público-Privadas da Subsecretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com vistas à implementação de projetos de PPP adequados e alinhados à estratégia fiscal do Estado, mantém 10 (dez) projetos em estudo, conforme tabela a seguir.

Tabela 59

PROJETO	OBJETO	INVESTIMENT O INICIAL (milhões)	CONTRAPRESTA ÇÃO ANUAL (milhões)	PRAZO DE CONCESSÃO	FASE ATUAL
PPP Linha 3 Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.847,8	R\$ 145,75	20 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km).	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646,00 do setor privado e R\$ 628,00 do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando deliberação do CGP para a realização de Consulta Pública
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência